

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**

Ano IX • Número 64



Diretoria da APM toma posse no Palácio dos Bandeirantes

TCE: Orientar é prioridade



Projeto viabiliza Cidades Inteligentes

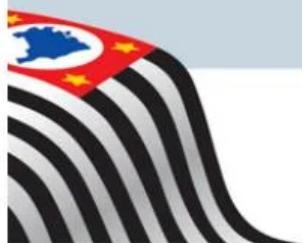
Dalva Christofeletti recebe homenagem





***Ele não divide
aluguel. Não paga
as contas.***

***E você, aí, morando
com ele na sua casa.***



Neste verão, evite os criadouros do Aedes aegypti.

Em época de chuvas, **80% dos focos do mosquito estão dentro das casas.**

Por isso, a atenção deve ser redobrada no verão. Elimine os focos, fale com os vizinhos e organize mutirões.

São cuidados simples como esses que ajudam a combater a transmissão de Dengue, Chikungunya e Zika Vírus. Então, faça já a sua parte e tome uma atitude. **Juntos podemos acabar com o Aedes aegypti.**

| | | | |
|---|---|--|---|
|  | <p>Entregue o pneu usado num posto de coleta da Prefeitura Municipal.</p> |  | <p>Caixa d'água fechada e bem vedada é regra numa casa livre do mosquito. Limpe-a regularmente.</p> |
|  | <p>Jogue a água dos vasos e de outros objetos no solo. Evite ralos.</p> |  | <p>Elimine os pratos das plantas ou use pratos que fiquem totalmente ajustados aos vasos.</p> |
|  | <p>Feche bem os sacos de lixo. O Aedes aegypti adora quando eles ficam abertos.</p> |  | <p>Troque regularmente a água dos animais de estimação.</p> |
|  | <p>Nunca deixe a água acumular na laje da sua casa.</p> |  | <p>Aplique repelente apenas nas áreas expostas.</p> |

Sumário

05 Editorial

Contribuir é preciso

06 Entrevista

Sidney Beraldo:
Orientar é prioridade

08 Giro Municipal

10 Especial

Eleição e Posse da
Nova Diretoria da APM

22 Galeria de fotos

30 Convênios

38 Homenagem

Dalva Christofoletti

40 História

Livro revela fotos raras dos
Congressos da APM

42 Aprecesp

Elege sua nova Diretoria

43 AMA

Prefeito de Potirendaba toma
posse na presidência da AMA

44 Espaço TCE-SP

O subestimado papel dos Conselhos
Municipais de Políticas Públicas

45 Artigos

48 Espaço CPqD

Municípios podem economizar
nas contas de telefonia

49 Espaço IBGE

O IBGE vai a campo com a Pesquisa
Nacional de Saneamento Básico

52 Espaço IPT

Proteção de edifícios em terrenos
com gás inflamável

56 Espaço Mulher

Valorizar a participação feminina
fortalece a democracia

58 Municípios Aniversariantes

Fevereiro-Março

62 Dia-a-dia

Pelas estradas líquidas

CONTRIBUIR É PRECISO

A posse da Diretoria e Conselhos da APM em solenidade no Palácio dos Bandeirantes, além do ato inédito, teve significados que extrapolaram a sua grandeza.

Em primeiro, ressalte-se a sensibilidade do Governador Alckmin ao emprestar o prestígio de sua presença, expondo claramente sua convicção municipalista e seu comprometimento com o movimento. Ao abrir as portas do Palácio dos Bandeirantes para o ato, demonstrou respeito por nossa entidade e seus 68 anos de histórias e lutas, passando ao Secretário Samuel Moreira a responsabilidade de nos ajudar a organizá-la, a quem manifestamos nossos melhores agradecimentos. A presença da Confederação Nacional de Municípios e de 14 Presidentes de entidades Estaduais, expôs a importância da APM no contexto nacional e o nosso compromisso com a Pauta elaborada pela CNM.

O comparecimento de uma centena de Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e gestores municipais, vindos dos mais variados e longínquos quadrantes do Estado, marcou o apoio, respeito e confiança que nossos amigos municipalistas têm por nossa entidade.

A “tarde de gala” do municipalismo paulista marcou a virada de página e o início de uma nova fase da APM, onde vamos priorizar, além da representação e defesa dos interesses coletivos, a prestação de serviços aos municípios, oferecendo apoio, consultoria e indicando programas disponíveis, e até indicando as fontes de recursos para sua execução.



Carlos Cruz
Presidente da APM

Há, porém, uma questão a ser colocada com clareza, e que necessita da compreensão de todos os amigos Prefeitos.

Para realizarmos nosso trabalho, temos custos, e necessitamos de recursos para tanto.

A forma mais democrática e menos traumática que temos é a contribuição de todos, em busca do bem coletivo.

Não pedimos qualquer outra contrapartida de nossos serviços, a não ser o pagamento da anuidade, compatível com o tamanho de cada município.

Nessa época de crise o esforço que fazem para cumprir sua parte não é pequeno. Mas se apequena diante da grandeza da causa, que nos esforçaremos ao máximo para merecer.

Prefeito, contribua, faça sua parte, que responderemos com serviços e trabalho. Esse mesmo trabalho que o fará, no próximo ano, continuar contribuindo com a anuidade, sem que precisemos lembrá-lo.

Orientar é prioridade

O conselheiro Sidney Beraldo, 66, assume a Presidência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo com uma prioridade: orientar os municípios na tentativa de evitar problemas com a fiscalização.

O TCE é encarregado da checagem de 3.367 órgãos (estaduais e municipais) e da análise de orçamentos que, juntos, superam os R\$ 330 bilhões. Por isso, embora essa não seja uma tarefa simples, é considerada fundamental. “É urgente investir na atividade preventiva”, afirma o novo presidente. “A fiscalização tem de ser permanente para oferecer àqueles que determinam as despesas tempo hábil para corrigir eventuais desacertos e evitar punições.”

Atuando no Executivo e no Legislativo, Beraldo pôde conhecer bem a situação dos municípios. Começou sua carreira como vereador em São João da Boa Vista (1978/1982) e assumiu a prefeitura em 1983. Eleito quatro vezes deputado estadual (1995/2011), ainda foi presidente da Assembleia Legislativa (2003/2005). Ao deixar a Casa, ocupou a Secretaria estadual de Gestão Pública (2007/2010) e a Secretaria da Casa Civil entre 2011 e 2012. É conselheiro do Tribunal de Contas desde dezembro de 2012.

O novo presidente é o entrevistado desta edição.

APM – O país vive um momento econômico delicado. Qual a importância da fiscalização orçamentária dos órgãos públicos nesse cenário?

Sidney Beraldo – Em momentos de crise como este é ainda mais importante que todas as esferas administrativas mantenham o equilíbrio financeiro e fiscal. E me refiro aqui não apenas ao controle dos gastos, mas também ao combate ao desperdício e à corrupção, duas fontes inesgotáveis de prejuízo para os cofres públicos. Mas a fiscalização é também um instrumento de prevenção. Não basta punir. É preciso, antes de tudo, orientar os administradores. Neste ano, quando tantos novos prefeitos assumiram o controle das administrações municipais, isso é ainda mais relevante.

APM – O aperfeiçoamento do sistema de controle é essencial, principalmente nesse momento?

Sidney Beraldo – Exatamente. E o controle externo deve ser usado como uma ferramenta a serviço da democracia. Só cidadãos vigilantes e bem informados sobre seus governos podem ser atuantes e ajudar no aperfeiçoamento da atividade pública. E nós, do TCE, somos os olhos e os ouvidos da população. Estamos onde o povo não pode estar justamente para preservar e defender seus interesses. Queremos também transmitir a mensagem de que a eficiência da gestão deve ser ininterrupta e que os resultados obtidos pelos administradores precisam ser demonstrados de forma transparente.

APM - TCE remete à imagem sempre de punição. É esta a realidade?

Sidney Beraldo – Não é apenas isso. É urgente investir na atividade preventiva, na fiscalização e em auditorias que apurem não apenas a regularidade formal do uso de recursos públicos, mas também apontem os resultados obtidos para que se possa fazer uma avaliação da efetividade das políticas públicas. Boas práticas de governança podem e devem ser replicadas. E nada mais natural que o TCE possa colaborar nesse processo, avaliando as mais diferentes iniciativas do ponto de vista técnico e legal.

APM – O que muda em sua gestão?

Sidney Beraldo – Cheguei à Corte durante um processo de transição, quando eram implementados procedimentos de auditoria inéditos, destinados a apurar a qualidade dos gastos e dos resultados alcançados. Sem prejuízo dos exames de conformidade, foram desenvolvidos mecanismos de verificação das despesas quase que simultâneos às correspondentes autorizações. Isso representou um enorme avanço sob o ponto de vista da fiscalização. Com o apoio dos demais conselheiros, pretendo dar continuidade e trabalhar para aprimorar.

APM – O objetivo do TCE é coibir erros. Como conseguir isto?

Sidney Beraldo – A fiscalização tem de ser permanente para oferecer àqueles que determinam as despesas tempo hábil para corrigir eventuais desacertos e evitar punições. Por isso vou me empenhar para que o Tribunal aperfeioce e amplie suas ações, em particular as que mais contribuam para a função preventiva.

APM – O TCE já faz isso, em alguns municípios, periodicamente.

Sidney Beraldo – Sim. Um exemplo desse esforço é o substancial aumento no número de prefeituras que terão suas contas acompanhadas quadrimensalmente. Em 2015, foram 133 Prefeituras, em 2016, 208 e neste ano serão 324. Nossa planejamento sinaliza que em 3 ou 4 anos estaremos acompanhando as contas de todas as 644 Prefeituras paulistas sob nossa jurisdição dessa mesma forma.

APM – Chegará a hora em que a base de avaliação do TCE será outra?

Sidney Beraldo – Queremos substituir o exame único, realizado a partir do balanço geral do Município, por dados mais concretos nas áreas da educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades e governança em tecnologia da informação. Esse novo padrão obedecerá a critérios técnicos lastreados no Índice de Efetividade da Gestão Municipal, o IEGM, um projeto desenvolvido pelo TCE paulista, exemplo para os demais Tribunais.

APM – Essa mesma análise será feita com o Estado?

Sidney Beraldo – Vou me dedicar à construção do Índice de Efetividade da Gestão Estadual, o IEGE. Mas há outra iniciativa muito importante. É a ampliação do acompanhamento da execução de contratos tão logo sejam celebrados. A Auditoria Eletrônica da Casa – AUDESP, com a sustentação da área de tecnologia da informação, já criou sistema seletivo dos contratos celebrados, implicando a necessária verificação física desses ajustes, sejam eles sobre compras, serviços ou obras.

APM – Com a informática, o TCE intensificará o controle?

Sidney Beraldo – Para se ter uma ideia, já está em fase de conclusão um sistema de controle da folha de pagamento de todos os órgãos fiscalizados por nós. Com isso, será possível verificar automaticamente, por exemplo, o acúmulo irregular de cargos, empregos e funções públicas. Na era da “transformação digital”, daremos prioridade ao uso da tecnologia da informação e da comunicação para tornar nosso trabalho ainda mais efetivo e transparente.

APM – Em seu discurso de posse, o senhor citou os resultados obtidos pelas fiscalizações ordenadas.

Sidney Beraldo – Isso é muito importante. Com as fiscalizações ordenadas, o Tribunal examina, simultaneamente e em todo o Estado, aspectos de relevante interesse da sociedade. No exercício passado tiveram repercussão nacional, dentre outras, as que verificaram as condições do transporte de alunos, qualidade e distribuição da merenda escolar e tratamento de resíduos sólidos. Estas ações terão sequência, estão já em fase adiantada de planejamento.

APM – Há algum outro setor que o senhor entende que precisa ser melhor acompanhado?

Sidney Beraldo – Continuaremos dando atenção especial aos recursos transferidos para o Terceiro Setor. Esses repasses serão acompanhados de perto por nós. Por isso o Tribunal reservou, na consolidação de suas instruções, um capítulo exclusivo para os processos sobre esse assunto.



GIRO MUNICIPAL



Resolver problemas localizados, mais ligados à manutenção e conservação de bens e serviços públicos. Esta tem sido a principal meta dos prefeitos que assumiram recentemente, o que demonstra uma certa tendência da população em ver os prefeitos mais como gestores que agentes políticos. Um velho ditado popular diz que um buraco na frente da sua casa é mais importante que uma cratera em Roma. É fácil entender o porquê. Afinal, é com o buraco que o morador convive todos os dias e, ao eleger seu prefeito, espera que ele se preocupe essencialmente com isso. Outra coisa importante quando se trata de administração pública: ninguém mora no país ou no estado. Mora na cidade. Esta é a primeira referência e a mais importante. Os prefeitos estão sentindo exatamente isso nestas primeiras semanas de trabalho.

Pindamonhangaba

Limpeza no Parque

O Parque da Cidade, de Pindamonhangaba, passou por ações de limpeza e poda de vegetação em toda sua área. A equipe da Prefeitura esteve no local desde a primeira semana de janeiro. Além do corte de grama, foram retirados troncos de árvores que tombaram com as chuvas, e galhos que estavam em risco de queda. A sede administrativa do Parque também recebeu serviços gerais de limpeza e varrição, para melhor recepcionar os visitantes que frequentam o local.

Capela do Alto

Recuperação das estradas

A Prefeitura de Capela do Alto realizou obras de melhoria nas estradas do Barreiro e da Engenharia (estrada da pedreira). Foram executadas obras de alargamento de estradas, visando melhorar a passagem para o transporte escolar, maquinário agrícola, carros e motos, que trafegam pelas vicinais. Alguns moradores locais chegaram a usar as redes sociais para postar fotos e agradecimentos.

Cubatão

PAT reestruturado

A reestruturação do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) foi o principal assunto da reunião que o prefeito Ademário da Silva Oliveira teve com os membros da Comissão dos Desempregados de Cubatão. O prefeito informou que a Prefeitura deverá transferir o PAT para novo local que apresente melhores condições para atendimento ao público e para os funcionários. Também será feito um novo projeto de informatização da unidade para facilitar o sistema de cadastramento de vagas e mão de obra em oferta.

Jacupiranga

Feira do Produtor

A Feira do Produtor tem sido um sucesso e a cada dia conquista mais clientes que estão à procura de produtos de qualidade e, acima de tudo, saudáveis. A Feira é a opção mais prática e direta para valorizar a produção e atender os consumidores. Agora a Feira foi padronizada, com bonitos estandes e estilizada. Sem contar o atendimento de primeira dos pequenos agricultores.

Capão Bonito

Praça da Vila Cruzeiro

A Prefeitura de Capão Bonito desenvolveu um projeto de manutenção para troca das luminárias da Praça da Vila Cruzeiro, com a implantação dos postes altos, para evitar depredação e quebra das luminárias. As melhorias foram além, com a recuperação dos aparelhos de ginásticas e uma ampla mudança paisagística, com limpeza da praça, como poda das árvores e plantio de grama.

Itatinga

Campanha lixo seguro

A Prefeitura de Itatinga está pedindo a colaboração e o cuidado dos moradores na forma correta de descartar e armazenar o lixo urbano, e o cuidado necessário com cães ferozes para que não ataquem os coletores e transeuntes. Em 2016, a cidade contou com três coletores, que sofreram ferimentos com o lixo descartado incorretamente. O maior problema é com a maneira correta de descarte de vidros quebrados. Fora isso a cidade passa pela eterna rivalidade entre cães e coletores. A Prefeitura relatou várias reclamações dos coletores com relação a cães bravos que ficam soltos e também um acidente em que o cão atacou o profissional pelo espaço existente na grade.

Paraguaçu Paulista

Cresce o número de multas

O Departamento Municipal de Trânsito da Prefeitura de Paraguaçu Paulista tem registrado significativo aumento no número de multas aplicadas aos condutores de veículos que cometem infrações contra o Código de Trânsito Brasileiro. Além, é claro, do aumento da fiscalização, outra causa importante que pode ser apontada para esse aumento é o descaso com que alguns motoristas tratam a lei, colocando em risco a própria vida, ou de sua família, ou ainda de terceiros.



Glicério

Entrega de kits maternidades

A Saúde do Município de Glicério, através dos Encontros do Grupo de Gestantes, entregou o Kit Maternidade à gestantes do Distrito de Juritis. Os encontros acontecem mensalmente em Glicério, para dar um atendimento especializado às futuras mães e contam com a presença das gestantes e os profissionais de saúde, sendo nutricionista, psicóloga, dentista, médica ginecologista, técnico de enfermagem, agente de saúde e coordenadora.

Ibirá

Transporte gratuito

Para ter o direito ao transporte gratuito em Ibirá, o estudante morador na cidade deve fazer o cartão de identificação até o final de fevereiro. O estudante que não possuir o cartão não poderá utilizar este benefício. O programa consiste em atender os universitários com transporte sem nenhum custo para faculdades das cidades da região: São José do Rio Preto, Catanduva e Urupês. Mas, atenção! Para usufruir do transporte gratuito é necessário que o estudante realize cadastro no Departamento de Assistência Social, ao lado da UBS “José Roberto Marouelli”.

Guará

Controle da Dengue

A Secretaria Municipal de Saúde de Guará está intensificando as visitas rotineiras de controle ao mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika e chikungunya, devido ao período de intensas chuvas e muito calor, que é propício a proliferação do inseto. Segundo Odair José, supervisor do Controle de Vetores, as visitas são rotineiras durante todo o ano, em todos os bairros e distrito da cidade. A Prefeitura pede a colaboração da população e informa que estão sendo realizadas apenas vistorias e não pulverização com veneno.

Santa Isabel

Curso Gratuito

Começa em fevereiro o Curso de Operador de Telemarketing, em Santa Isabel. Trata-se de uma parceria entre a ETEC e o Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), com o apoio da Prefeitura de Santa Isabel, para oferecer especialização aos interessados no setor. Os candidatos poderão comparecer ao PAT com RG, CPF e comprovante de residência original para fazer as inscrições. O PAT de Santa Isabel fica na Praça Fernando Lopes, 32 e atende das 08h às 17h.

Itaporanga

Funcionamento do SAMU

O prefeito Vilson Aparecido Rodrigues e o secretário municipal de Saúde, Sidnei César de Castilho, estiveram em São Paulo onde participaram da reunião dos gestores da Saúde, com o tema “Reflexão sobre ações de Saúde”. O evento contou com as presenças do ministro da Saúde Ricardo Barros, do governador Geraldo Alckmin, entre outras lideranças políticas. O evento teve como objetivo substituir as ambulâncias que têm até 5 anos de circulação sem renovação. Um fator importante para que Itaporanga fosse contemplada é o funcionamento regular da base do SAMU 192, que atende os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Sertãozinho

Nova creche

A Administração Municipal de Sertãozinho entregará, em breve, mais uma importante obra para a população. Trata-se da creche localizada no Jardim Vêneto I que, segundo informações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, já se encontra com a etapa de construção concluída. Vale destacar que a nova creche funcionará em período integral e terá capacidade para atender até 150 crianças, na faixa etária de 6 meses a 3 anos e 11 meses.

Flora Rica

Fisioterapia Municipal

A partir de janeiro, os pacientes da fisioterapia municipal poderão usufruir de um espaço mais amplo, adequado e confortável durante os atendimentos. Na reinauguração, o prefeito Zezinho esteve no local para a entrega das chaves do novo espaço, que passou por adequações e ampliação, seguindo as normas exigidas pelo setor.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br



ASSOCIAÇÃO P

SECRETÃO “ UNIDA



PAULISTA DE MUNICÍPIOS

“ UNIDADE E HARMONIA” - 2017 / 2020

ESTABELECIDA EM 1949



Por Flávio Lamas

Líder estudantil durante o regime militar, presidente do Diretório Acadêmico de Direito da PUC-Campinas, vereador, líder de governo, presidente da Câmara Municipal, presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo, secretário-adjunto da Habitação do Estado de São Paulo, vice-prefeito e prefeito interino de Campinas em duas oportunidades. Este é o currículo político do novo presidente da Associação Paulista de Municípios, Carlos Alberto Cruz Filho, o Carlos Cruz, eleito por aclamação com a chapa Unidade e Harmonia, para comandar uma estrutura municipalista histórica, com 68 anos de trabalho: são 22 integrantes da Diretoria e Conselhos e outros 50 conselheiros deliberativos, representantes de cidades de todas as regiões do Estado de São Paulo, para o mandato entre 2017 e 2020. Cruz assumiu como o 10º presidente da APM, com a posse em ato solene, pela primeira vez na sede do governo paulista, em cerimônia prestigiada pelo governador Geraldo Alckmin.

Nova Diretoria da APM toma posse em tarde de gala

O hall principal do Palácio dos Bandeirantes ficou completamente tomado por mais de 700 pessoas dia 14 de fevereiro para um evento muito importante para a Associação Paulista de Municípios: a posse da nova Diretoria, que aconteceu pela primeira vez em sua história no Palácio de Governo do Estado de São Paulo. Mais de 100 prefeitos e delegações de lideranças municipalistas de 14 Estados prestigiaram o evento, além de deputados federais, estaduais, vereadores, secretários de Estado, presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Sidney Beraldo, presidente da Assembleia Legislativa, deputado Fernando Capez, e o governador Geraldo Alckmin.

“Foi uma tarde de gala para o municipalismo paulista que engrandeceu e reafirmou a liderança da APM como legítima representante dos municípios em suas demandas e reivindicações coletivas”, comentou o presidente

empossado, Carlos Cruz.

Como 10º presidente da história dos 68 anos da APM, Carlos Cruz foi eleito dia 30 de novembro, juntamente com mais 21 companheiros de Diretoria e 50 conselheiros. A chapa “Unidade e Harmonia” foi eleita por aclamação, por representar a aglutinação de forças do municipalismo paulista.

Mas a festa ficou marcada para a posse. Em reunião no Palácio dos Bandeirantes, o secretário-chefe da Casa Civil, deputado Samuel Moreira, disponibilizou toda a estrutura da sede de governo para a cerimônia de posse. E o governador Alckmin comentou que esta seria uma forma de reconhecer a importância da entidade representativa do movimento municipalista.

A tarde das principais autoridades estaduais acabou ficando por conta da presença de lideranças de todo o país. Pouco antes da posse, o governador Alckmin recebeu a comitiva de 14 estados brasileiros

que se fizeram representar, sob a liderança da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Problemas nacionais foram discutidos, mas o objetivo principal foi a solenidade, que começou por volta das 18 horas, já com o salão completamente tomado.

O ceremonial do Palácio dos Bandeirantes leu o termo solene de posse, assinado pelo presidente Carlos Cruz. Em seu discurso já como presidente empossado, Carlos Cruz falou sobre a expressiva presença de lideranças. Em nome do deputado Campos Machado, presidente estadual do PTB, e de Pedro Tobias, do PSDB, agradeceu a presença de todos os parlamentares e lideranças políticas.

Também destacou a presença de Hugo Lembeck, que em nome da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) representou o presidente da instituição, Paulo Ziulkoski. Dirigindo-se ao deputado Celso Giglio, Cruz fez referências elogiosas a dois grandes ex-

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

GESTÃO “UNIDADE E HARMONIA” - 2014/2017

presidentes da APM, Lincoln Magalhães e Wilson José.

Da sociedade civil, Carlos Cruz ressaltou e agradeceu a presença do eminente Benedito Ballouki, do Grande Oriente de São Paulo (GOSP). Três mulheres receberam deferência especial do novo presidente da APM. A primeira delas foi a senhora Alaíde Quércia, viúva do ex-governador Orestes Quércia. “Ele foi presidente da nossa entidade e um dos pilares do crescimento da APM”, ressaltou. Dalva Cristofoletti, que participa da APM desde o início, também contou com palavras elogiosas do presidente Cruz: “Ela é a grande dama do municipalismo”, disse. Dalva estava comemorando 80 anos de idade, a maior parte deles envolvida diretamente com as causas das prefeituras. “Em nome da Dalva quero fazer uma saudação ao papel das mulheres nas lutas e na atuação dentro das nossas câmaras municipais e nas prefeituras”. Já o terceiro nome teve um significado emotivo. Cruz dirigiu-se de maneira



Presidente da APM, Carlos Cruz

terna à sua esposa, Lurdinha Cruz. “Ela sempre foi o esteio que me garantiu a firmeza em todos os momentos”, salientou.

O presidente Carlos Cruz reservou o final de seu discurso falando ao governador Geraldo Alckmin. Nessa hora, lembrou de uma passagem envolvendo o ex-governador Tancredo Neves. “No dia seguinte de sua renúncia ao

governo de Minas Gerais, Tancredo viajou a São Paulo para participar, na Câmara Municipal, da posse da nova diretoria da União dos Vereadores de São Paulo, Uvesp, onde lançou sua candidatura a presidente da República, demonstrando com isso o respeito e as diretrizes que a Nova República teria para com a causa municipalista”.

Dirigindo-se ao governador





Alckmin, Carlos Cruz enfatizou a cruzada empreendida por ele em busca de seus ideais. O novo presidente da APM disse que, quando o governador olhar para o seu exército, verá as lideranças municipalistas de São Paulo disciplinadamente perfiladas, contribuindo para que lhe sejam outorgadas as relevantes e patrióticas missões que o seu futuro lhe reserva.

Outra liderança municipalista a discursar foi o diretor da Confederação Nacional de Municípios, Hugo Lembeck, que aproveitou a presença de tantos prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais para expor os problemas que vivem hoje os municípios brasileiros. Lembrou que durante dois dias a CNM, na APM, realizou encontro para debater as estratégias do movimento para 2017, tendo em vista a realização da XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. “Da arrecadação geral, os municípios ficam com migalhas”, protestou ele, ao ressaltar a necessidade de fortalecimento da luta dos prefeitos.

Hugo Lembeck pediu apoio ao governador Geraldo Alckmin para mudar o quadro econômico-tributário nacional que penaliza as

cidades.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Fernando Capez, discursou a respeito da importância de os municípios e o Estado trabalharem em harmonia: “Não há ninguém melhor que o governador Geraldo Alckmin para entender e atender às necessidades municipais, uma vez que ele já foi prefeito e vereador”.

Capez conclamou as lideranças municipalistas a enfrentarem o difícil momento nacional, com a crise econômica que deixou as cidades em situação financeira muito complicada, a ponto de muitas delas não conseguir nem mesmo saldar os salários dos funcionários. “É hora de redução de custos, com o melhor aproveitamento possível do dinheiro aplicado”, acentuou.

Coube também ao presidente da Assembleia Legislativa um momento de descontração, ao contar uma história para exemplificar como é preciso ter criatividade para enfrentar os problemas: “Em um reino o imperador era um tirano e sempre mandava matar as pessoas que prendia, utilizando um argu-

mento aparentemente sem saída. O rei mantinha um papel em cada mão, cada um deles escrito “culpado”. Aos réus, perguntava que mão escolhia para ter o papel que definiria sua punição. Assim, todos acabavam condenados à morte”.

No entanto, segundo a fábula, a criatividade acabou vencendo o tirano, contou o deputado Fernando Capez. “Um



Hugo Lembeck, diretor da CNM

súdito foi submetido ao mesmo julgamento, mas agiu com criatividade. Apontou para a mão do rei, pegou o papel e, sem abrir, o engoliu. Sob espanto geral, virou-se para sua alteza e exclamou: tirei o papel que declara minha inocência. O rei contestou: como pode ter certeza? O súdito finalizou a conversa: basta o senhor abrir a mão e ler o papel que está nela. Verá que está escrito culpado. Logo, o que engoli era o que me declarava inocente”.

O deputado Fernando Capez acentuou que os momentos de crise oferecem a chance de novas oportunidades. “Os prefeitos precisam estar atentos porque a cobrança é direta com eles e com os vereadores”, ressaltou.

O último a falar foi o governador Geraldo Alckmin. “É uma satisfação estarmos juntos e abraçar o Carlos Cruz, o presidente da APM pelos próximos quatro anos. E quando a gente fortalece o governo local, a gente fortalece a população e ficamos mais perto das pessoas”, disse ele.

Alckmin, que foi vereador e prefeito de Pindamonhangaba, lembrou que o século 21 é o século das



Fernando Capez, presidente da Assembleia Legislativa



Governador Geraldo Alckmin: As prioridades da população se encontram nos municípios

cidades, assim como o 19 foi o século dos impérios e o 20 o dos países.

“É nos municípios que sentimos com mais intensidade as reais prioridades da população”, disse o governador, lembrando que a posse da APM estava recebendo representantes de estados como Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Goiás, Bahia,

Santa Catarina e Pernambuco. “É sinal da força política e social dessa instituição, a APM, fundada em 1948”, disse o governador, que ressaltou duas prioridades na parceria Estado-municípios neste ano: a repatriação de recursos do exterior, visando minimizar os efeitos da queda de arrecadação, e ações conjuntas para melhorar a eficácia do

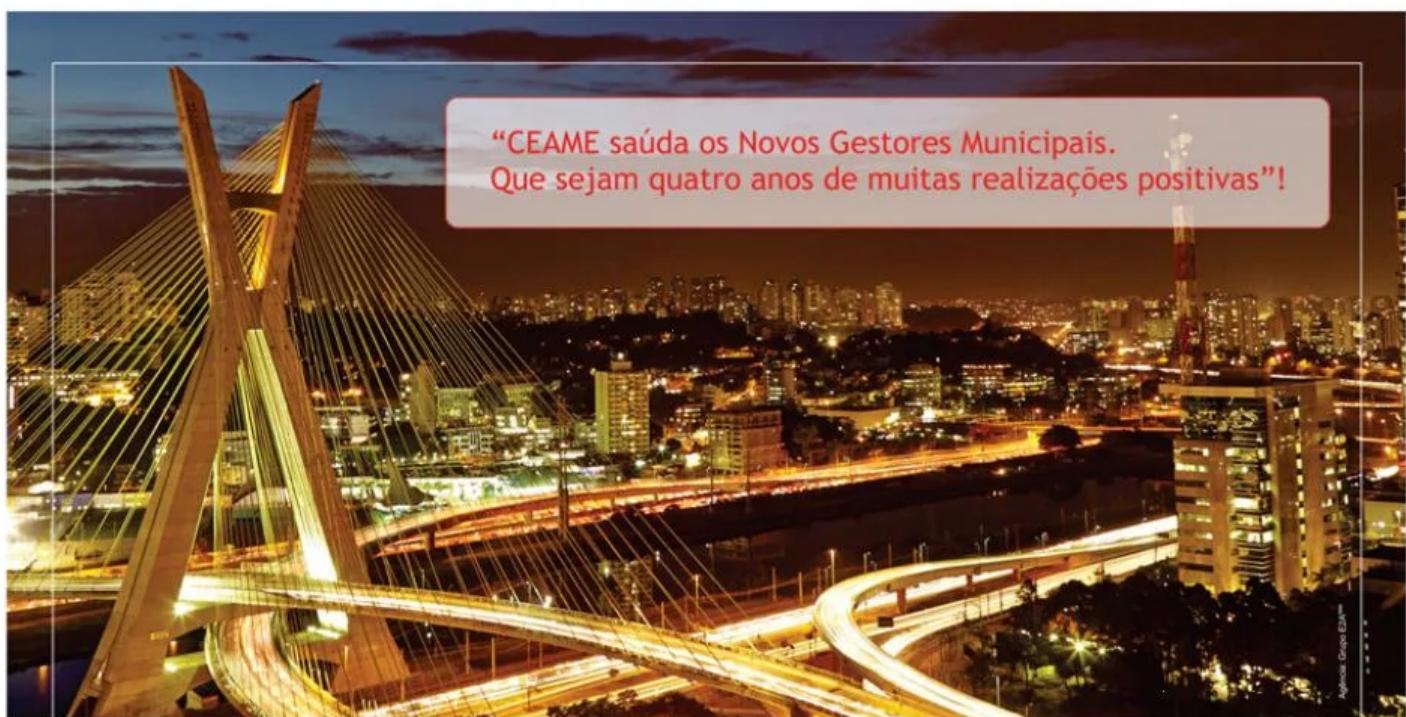
atendimento à saúde.

O governador Alckmin, dirigindo-se aos diretores da CNM e dos representantes das delegações de outros estados, assumiu o compromisso de encampar a agenda elaborada pela entidade, demonstrando simpatia e apoio à XX Marcha de Prefeitos a Brasília, que acontecerá em maio.





Estiveram presentes, além do presidente da Assembleia Legislativa, Fernando Capez, os deputados estaduais, Campos Machado (PTB), Barros Munhoz, Itamar Borges (PMDB), Célia Leão, Welson Gasparini, Marcos Zerbini, Roberto Massafera (todos do PSDB), Milton Vieira, Sebastião Santos e Gilmaci Santos (todos do PRB), Carlos Cezar, Ed Thomas (ambos do PSB), Gileno Gomes (PSL), Delegado Olim (PP), Ricardo Madalena (PR) e Luiz Carlos Gondim (SD).



CEAME
CENTRO DE ESTUDOS E APOIO
AOS MUNICÍPIOS E EMPRESAS

Fale Conosco

Endereço: Rua Teodoro Sampaio, 1020 - Cj 1009/1010
Centro Empresarial Pinheiros - Pinheiros / São Paulo - Brasil
Email: contato@ceame.com.br
Telefone: (11) 3063-5775

Acesse nossos canais

www.ceame.com.br
 fb.com/ceame

Antes da posse, encontro com lideranças

Pouco antes da posse da nova Diretoria da APM, o governador Alckmin recebeu a delegação de lideranças municipalistas de 14 estados brasileiros, com a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Na oportunidade, o tesoureiro da Confederação, Hugo Lembeck, e os demais gestores municipais entregaram ao governador ofício contendo assuntos de interesse dos Municípios que necessitam de aprovação. Dentre esses estão: reforma da previdência, reforma tributária, encontro de dívidas e o Piso Nacional do Magistério. Eles também convidaram o governador a participar da XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que ocorre de 15 a 18 de maio, em Brasília.

A reunião fez parte de uma série de eventos promovido pela CNM em parceria com a Associação Paulista de Municípios (APM) a fim de alinhar estratégias do movimento municipalista. Eles debateram a questões mais urgentes ao movimento e as formas de mobilizar os parlamentares a fim de viabilizar a apreciação das matérias.



Conheça os novos integrantes da Diretoria



De líder estudantil, a presidente da APM

O novo presidente da Associação Paulista de Municípios, Carlos Alberto Cruz Filho, nasceu em Lins, mas é campineiro de coração. Mudou-se para Campinas em 1972, com 22 anos, para estudar direito na Pontifícia Universidade Católica. A ditadura militar estava no auge e a efervescência estudantil revoltada com a falta de liberdade criou uma consciência de contestação política. Carlos Cruz engajou-se no movimento e foi eleito presidente do Diretório Acadêmico XVI de Abril.

Já formado, foi escolhido como orador oficial da Ordem dos Advogados do Brasil, sub-secção de Campinas. Em 1982, candidatou-se a vereador pelo MDB de Ulysses Guimarães, Orestes Quércia, Franco Montoro. Morava apenas 10 anos na cidade e já ocupava um cargo que exigia muito trabalho.

No legislativo, mesmo sem experiência, assumiu dois postos de importância: líder do Governo do então prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, e líder da bancada do PMDB. Cruz conseguiu a aprovação de absolutamente todos os projetos do Executivo. Em seguida, em 1985, foi eleito presidente da Câmara com os votos também da oposição, pois divergiam mas respeitavam sua conduta.

Em 1991, foi nomeado secretário-adjunto da Habitação do Estado de São Paulo. Todas essas atividades políticas o aproximaram do movimento municipalista paulista, agregado inteiramente na Associação Paulista dos Municípios, a APM. A partir de 1983 passou a ser um militante da causa.

Em seguida, foi eleito presidente da União dos Vereadores do Esta-



1976 - Cruz era líder estudantil e, a cavalo, fez uma passeata na principal avenida de Campinas, a Francisco Glicério, em plena ditadura militar.

prefeito de Campinas, período em que assumiu o cargo de chefe do Executivo por duas vezes, marcando seu currículo político com uma atuação destacada. "Ser vice é cargo de expectativa, mas ao assumir o posto, a responsabilidade é a mesma do titular", ressalta ele.

Na Associação Paulista de Municípios Carlos Cruz foi presidente do Conselho Deliberativo, 1º vice-presidente, tesoureiro-geral e secretário-geral, antes de ser eleito presidente este ano.

Carlos Cruz tem 67 anos, é casado com dona Lurdinha, tem três filhos (Carlos Alberto, Eduardo e Ana Paula) e três netos.

do de São Paulo (UVESP), enquanto ocupava alguns cargos na Associação Paulista de Municípios.

Em 1996 foi eleito vice-



1983 - Eleito vereador em Campinas, Carlos Cruz foi líder do prefeito Magalhães Teixeira, na Câmara Municipal. E depois presidente do Legislativo.



1984 - O Menestrel das Alagoas, senador Teotônio Vilela, percorria o país na luta pelas Diretas. Carlos Cruz o acompanhou durante sua visita de um dia a Campinas.

1988 - Como presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo, Carlos Cruz em uma audiência com o então governador Orestes Quércia.

1984 - Tancredo Neves renunciou ao governo mineiro numa quinta-feira e no dia seguinte, já como candidato a presidente da República, foi recebido em São Paulo pelo presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo, Carlos Cruz. Na foto, Paulo Duarte, de São Carlos, Ricardo Tripoli e Walter Feldman.



1986 - Presidente José Sarney durante visita a Campinas, com o governador Franco Montoro (esposa, dona Luci, ao lado) e o cardeal Dom Agnelo Rossi



1990 - Carlos Cruz, então 1º vice-presidente da APM, com Wilson José, o ex-presidente Lincoln Magalhães e o secretário estadual da Fazenda, José Machado de Campos Filho.



1999 - Prefeito interino de Campinas, Carlos Cruz recebeu, no Palácio dos Jequitibás, o então vice-governador Geraldo Alckmin.

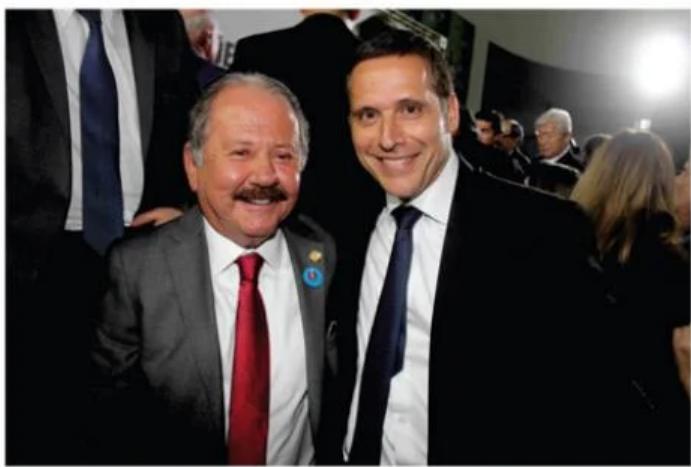


2000 - Durante uma viagem do presidente Fernando Henrique, o presidente da Câmara, Michel Temer, assumiu a presidência. E recebeu uma comitiva com Carlos Cruz, Chico Amaral, deputado Beto Mansur e Carlos Nelson Bueno, entre outras lideranças políticas.



Carlos Cruz, secretário-geral da APM, com o presidente Lula

Galeria de fotos



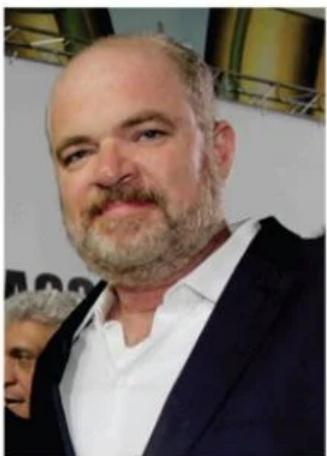




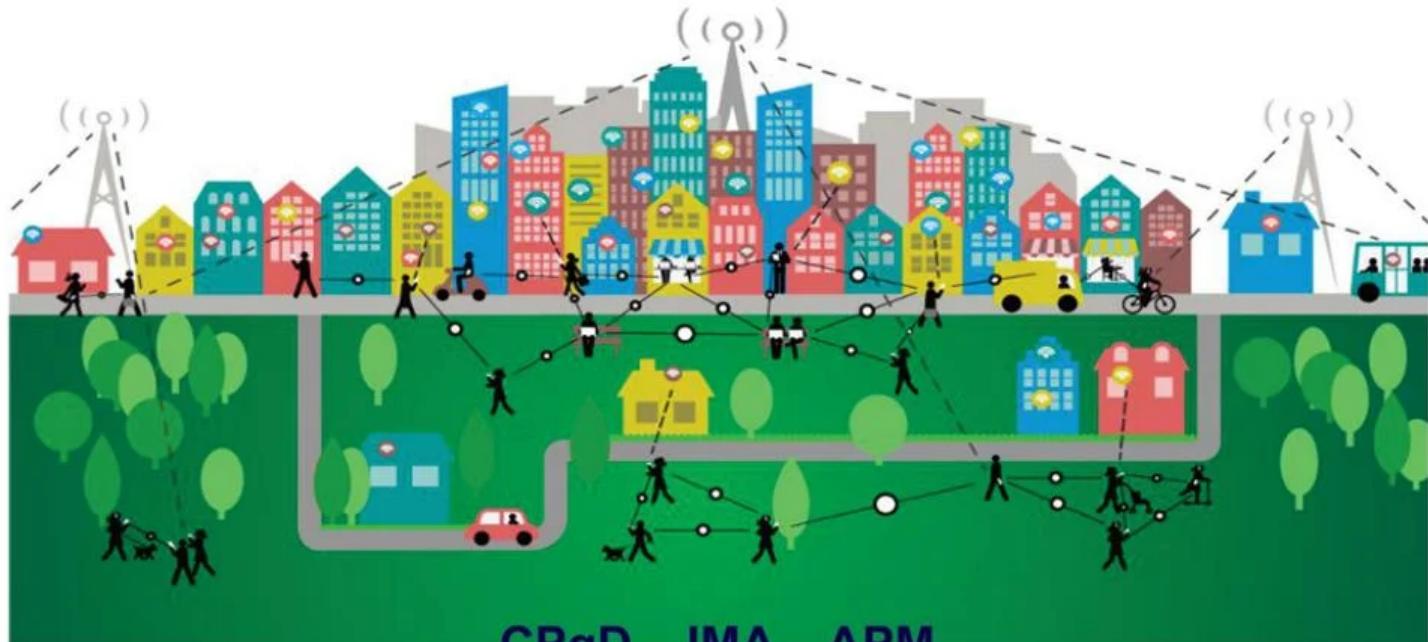












CPqD – IMA – APM

Convênio viabiliza projeto de Inteligente para os 645 municípios

Imagine uma cidade com alto grau de conectividade que permita a seus moradores acessarem toda a rede de serviços públicos, como saber se está em dia com seus impostos, ou ter a programação de teatro. Imagine ainda se a agilidade tecnológica permitir a verificação rápida de oportunidades de emprego ou o funcionamento de determinada linha de ônibus naquele exato momento.

Esta visão de qualidade de vida do futuro está muito próxima de se tornar realidade nas 645 cidades do Estado de São Paulo: um convênio tripartite foi assinado dia 22 de fevereiro entre o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), uma fundação de direito privado, a Informática de Municípios Associados (IMA), empresa de economia mista de tecnologia da Prefeitura de Campinas e a Associação Paulista de Municípios (APM), para integrar a plataforma de acessibilidade, o desenvolvimento de programas e aplicativos e o levantamento de canais de financiamento econômico de execução.

É com base no conceito de smart cities, as Cidades Inteligentes, que os três órgãos se uniram para começar por Campinas este projeto pioneiro no Brasil, mas que já é realidade e sucesso em algumas cidades, como Dubai, nos Emirados Árabes, em Barcelona, na Espanha ou Helsinque, na Escandinávia. “Nosso objetivo é unir o potencial de cada um dos parceiros deste convênio para viabilizar as condições que permitam termos no conceito de Cidades Inteligentes municípios desde as grandes metrópoles até as menores comunidades”, explicou o presidente da APM, Carlos Cruz.

Basicamente, o objetivo é criar nas cidades uma rede de conexão de alta velocidade de internet integrada com programas específicos de várias áreas, como saúde, transporte, educação, infraestrutura e serviços. Tudo isso liberado para qualquer pessoa. Quanto maior o número de informações trafegar na rede, maior o grau de qualificação que o município terá no ranking de Cidade Inteligente. E, em contrapartida, o poder público terá,

também, dados mais confiáveis para trabalhar com o planejamento. “É uma nova fonte de riqueza local”, define o presidente da IMA, Fernando Garnero. “O projeto administrativo urbano ficará muito mais prático. Esse mecanismo ajudará os prefeitos a elaborarem projetos, definirem prioridades e terem maior controle sobre a administração pública”, disse. “Cidade Inteligente é o fim de puxadinhos, de remendos nos planos diretores das cidades”, concluiu.

O vice-presidente Comercial e de Desenvolvimento de Negócios do CPqD, José Eduardo Azarite, salientou que a tecnologia está permitindo fazer mais com menos recursos. “Com esse convênio, Campinas será celeiro de testes para replicação em outros municípios”, disse ele, apontando uma perspectiva favorável a curto prazo com a proposta de Cidades Inteligentes: “Na medida em que avançarmos por aqui, as soluções poderão ser disponibilizadas para outras cidades e, então, o custo será muito menor”.

Para Azarite, o convênio possibilitará a disponibilização da Plataforma de Internet das Coisas (IoT), desenvolvida pelo CPqD com o apoio do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funtel). “Com o convênio a plataforma ficará disponível para todos os municípios do Estado por intermédio da infraestrutura da IMA e a capilaridade representada pela APM”, disse. Lembrou, também, que “além de tudo, um dos diferenciais é que a cidade inteligente gera riqueza local e transparência para o cidadão a nível de serviços públicos”.

Cidades Inteligentes não são uma novidade. A novidade mesmo é a forma como fazer este conceito chegar,

Primeiro passo está dado: projeto fica pronto em 30 dias

Com a assinatura do convênio entre o CPqD, IMA e APM, está dado o primeiro passo para transformar em realidade o conceito de Cidades Inteligentes. Campinas sai na frente porque já existe um projeto na IMA em fase final de estudo para a busca de financiamento oficial. O presidente da IMA, Fernando Garnero, informou que a expectativa é que em 30 dias o estudo seja concluído. “Junto com o CPqD teremos o começo de um projeto final sobre cidades inteligentes”, explicou ele.

A dificuldade inicial é a conectividade do município, mas uma alternativa já foi apresentada pelos técnicos do CPqD e encontra-se em análise.

O presidente da APM, Carlos Cruz, disse durante entrevista coletiva que o grande problema hoje não são as fontes de financiamento, mas a falta de projetos consistentes e viáveis. “Aí é que entra a APM neste convênio. Vamos disseminar esse conceito para

todos os municípios do Estado de São Paulo para ajudar os prefeitos a elaborar bons projetos para transformar a cidade dele numa cidade inteligente, indicar onde podem obter os recursos e ajuda-los a ter acesso a esse dinheiro”, disse ele.

Cruz ressaltou: “Um detalhe importante é que dinheiro tem, o que não tem são bons projetos e quem elabora. Uma das alternativas de financiamento para os municípios paulistas é o Programa de Modernização Administrativa e Tributária do BNDES, porque o dinheiro desse programa se enquadra perfeitamente e a APM vai levar isso aos prefeitos”.

No caso específico de Campinas, Cruz lembrou há várias interfaces já desenvolvidas, faltando a conectividade para deixar o município no padrão de Cidade Inteligente: “Transformar Campinas em Cidade Inteligente será o grande legado da administração do prefeito Jonas Donizette”.

*José Eduardo Azarite,
vice-presidente do CPqD,
Fernando Garnero,
presidente da IMA,
e Carlos Cruz, presidente da
APM, assinando o convênio*



APM firma acordo de cooperação com o IPT

A Associação Paulista de Municípios (APM) firmou mais uma importante parceria visando ampliar e melhorar os serviços aos municípios. A cooperação será com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo.

Nesta parceria, segundo o secretário geral da APM, César Gontijo, o IPT será responsável, entre outras coisas, por elaborar textos técnicos para a revista Municípios Paulistas. “Além disso, eles vão propor cursos técnicos e treinamentos que atendam às demandas dos municípios e participar dos nossos congressos e eventos”, informa Gontijo.

Um grupo de trabalho com integrantes de ambas as entidades está sendo criado para a elaboração das atividades. O IPT é um dos maiores institutos de pesquisa do Brasil e conta com profissionais e laboratórios capacitados.

Colaborando há mais de 100 anos para o desenvolvimento do país, atua em quatro grandes áreas: inovação, pesquisa e desenvolvimento; serviços tecnológicos; desenvolvimento e apoio metrológico, e informação e educação em tecnologia.

Programa de Apoio Tecnológico a Municípios

A proposta é que a APM, através de suas sedes regionais, ajude a divulgar e promover a relação entre os gestores e o programa de Apoio Tecnológico a Municípios, voltado a serviços nas áreas de infraestrutura urbana e rural para cidades de pequeno e médio portes.

Municípios que não contam com recursos nem capacitação funcional para solucionar situações emergenciais ou para orientar o desenvolvimento sustentável local podem se beneficiar dos serviços do Patem (Programa de

Apoio Tecnológico aos Municípios).

Desde que foi criado, em 1989, o programa vem realizando estudos e serviços especializados nas áreas de infraestrutura urbana e rural, habitação, riscos geológicos e obras civis diversas.

Financiado pela SDECT (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo) e com apoio técnico do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo), o programa atende, prioritariamente, a casos emergenciais e aos municípios carentes.

Para participar do programa, o município deve apresentar um ofício à SDECT solicitando o serviço. Os custos de cada atendimento serão levantados pelo IPT e variarão caso a caso, de acordo com o volume e complexidade do trabalho, tempo despendido e quantidade de ensaios realizados e de profissionais envolvidos - em geral, geólogos, engenheiros civis, engenheiros de minas, agrônomos, geógrafos, engenheiros ambientais, biólogos e consultores.

Em função do volume de recursos alocados anualmente e da quantidade de solicitações recebidas, menos de 50% dos pleitos municipais são atendidos. Nesse caso, parte das solicitações poderá ser atendida nos anos subsequentes, desde que haja ainda interesse do município.

Os recursos do Patem constituem rubrica do orçamento da SDECT, sendo anualmente proposta pela secretaria de economia e planejamento e submetida à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por ocasião da aprovação do orçamento geral do Estado.

Quem pode ser beneficiado?

Municípios que não contam com recursos nem capacitação funcional

para solucionar situações emergenciais ou para orientar o desenvolvimento local.

Financiamento

O Programa é financiado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo (SDECTI) e conta com apoio técnico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

Quanto aos custos

Os custos de cada atendimento serão calculados pelo IPT e podem variar dependendo do volume e da complexidade do trabalho, do tempo despendido e da quantidade de ensaios e profissionais envolvidos.

A maior parte dos recursos do Patem é alocada pela SDECTI, mas cabe aos municípios arcar com uma contrapartida* financeira, que pode variar de 0% a 50% do custo total do atendimento.

SERVIÇOS

Infraestrutura pública

Apoio técnico para conservação, integridade e segurança de obras de arte e de infraestrutura, como pontes, viadutos, túneis, edificações, estradas vicinais e ruas; Identificação e priorização das obras de arte que apresentem maior risco para os usuários; Apoio técnico para manutenção, conservação e análise de problemas em vias urbanas e rurais; Apoio técnico para especificação e validação de sistemas de gestão de iluminação pública.

Edificações e monumentos históricos

Mapeamento, avaliação de risco, diagnóstico e recomendações para edificações e monumentos históricos, por meio de análise multidisciplinar. Exemplos: Vistoria na Igreja Matriz

Bom Jesus da Cana Verde, em Batatis, para investigar infestações de cupins; Biodeterioração em acervos culturais e madeiramento (fungos, cupins e brocas de madeira); Corrosão e patologias de revestimentos; Instalações prediais, caixilhos e outros componentes.

Pavimentação

Auditória da qualidade de pavimentos e da execução de obras de pavimentação; Proposição de medidas correctivas para problemas na pavimentação; Desenvolvimento de novos materiais para pavimentos: Utilização de Resíduos de Construção e Demolição (RCD) para cascalhamento de estradas vicinais e produção de concreto não estrutural para calçamento; Misturas asfálticas especiais de alta durabilidade, pavimentos permeáveis e pavimentação de baixo custo.

Arborização urbana

Avaliação do estado fitossanitário (cupins, fungos e doenças) e do risco de queda de árvores em áreas públicas; Software para gestão da arborização urbana e avaliação de risco de queda; Apoio tecnológico ao Plano Diretor de Arborização Urbana – PDAU.

Uso e ocupação do solo

Investigação, avaliação dos riscos e elaboração de diretrizes para o controle de erosão urbana e rural, assoreamento, deslizamentos, estabilização de taludes, enchentes e inundações; Mapeamento e setorização de áreas de risco e diretrizes para sua recuperação e reurbanização; Gestão de riscos e desastres naturais; Elaboração de cartas geotécnicas municipais: cartas de suscetibilidade, cartas de aptidão à urbanização e cartas de risco; Elaboração de planos de manejo de parques municipais.

Avaliações e diagnósticos ambientais

Avaliação e monitoramento de impactos ambientais associados a obras de infraestrutura e recomendações para sua mitigação; Mapeamento e caracterização da cobertura vegetal; Apoio ao licenciamento ambiental em áreas de supressão de vegetação, definição de

compensações e de áreas para conservação; Mapeamento sonoro urbano e diretrizes para mitigação do impacto do ruído sobre comunidades; Elaboração de planos de gestão ambiental por ACV - Avaliação de Ciclo de Vida.

Aterros sanitários e gestão de resíduos sólidos

Assessoria para adequação de projetos de aterros sanitários; Indicação de local para instalação de aterro sanitário e diretrizes para a correta preparação da área; Diretrizes para projetos de encerramento e recuperação da área de aterros controlados e aterros em valas; Geração de subsídios técnicos para o incremento de projetos de reúso e reciclagem de resíduos sólidos urbanos; Elaboração de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos.

Áreas contaminadas

Diagnóstico ambiental e avaliação de risco de áreas contaminadas; Elaboração de planos de intervenção; Recuperação das áreas por meio do uso de vegetação, métodos físicos, químicos ou térmicos.

Gerenciamento de recursos hídricos

Elaboração de planos municipais de recursos hídricos; Subsídio técnico ao planejamento e gerenciamento integrado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; Estudos e diagnósticos para desenvolvimento e proteção ambiental de bacias hidrográficas de interesse estratégico para o município; Diagnóstico e monitoramento do transporte e deposição de sedimentos (assoreamento) nos corpos d'água, e proposições de ações preventivas e corretivas para a contenção dos sedimentos nas áreas fontes; Subsídio técnico ao uso racional da água em edificações públicas.

Águas subterrâneas

Caracterização hidrogeológica de territórios municipais visando ao aproveitamento das águas subterrâneas para o abastecimento público; Diagnóstico da qualidade das águas subterrâneas e estabelecimento de estratégias para sua proteção; Estudos para locação e projetos de poços para abas-

tecimento público e estabelecimento de áreas reservadas para sua instalação; Caracterização hidrogeológica e do uso e ocupação do solo no entorno de poços de abastecimento público e estabelecimento de áreas de restrição e controle; Avaliação de impactos em aquíferos decorrentes do uso e ocupação do solo urbano.

Recursos minerais e indústria de base mineral

Apoio tecnológico para o desenvolvimento do setor minero-cerâmico municipal; Indicação de ações para expansão da produção mineral, verticalização do setor e atração de novos investimentos; Apoio técnico ao planejamento, ordenamento e uso sustentável dos recursos minerais: planos diretores de mineração e zoneamento mineral; Supporte à implantação e desenvolvimento de polos minero-industriais e arranjos produtivos locais de base mineral; Subsídios técnicos para solução de conflitos e compatibilização da mineração com outras formas de uso e ocupação do solo; Identificação e qualificação de jazidas minerais para a indústria cerâmica e materiais para construção civil; Diretrizes para recuperação de áreas degradadas e redução dos impactos ambientais; Avaliação e aprimoramento de produtos cerâmicos (telhas, blocos, revestimentos) para a construção civil.

Desenvolvimento socioeconômico municipal

Avaliação do perfil socioeconômico e institucional do município; Estudos para o desenvolvimento e implantação de tecnologias da informação e comunicação no município: infraestrutura de rede, serviços públicos digitais (e-gov e m-gov) e fisco digital.

Distritos industriais e de serviço

Avaliação geológico-geotécnica e ambiental de áreas para a instalação de distritos industriais e de serviços; Estudos para a melhoria da infraestrutura necessária ao desenvolvimento dos distritos; Subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de distritos industriais.



APM fecha com FIESP e ALESP para orientar prefeituras a padronizar códigos municipais

As cidades paulistas terão em breve orientação técnica para tornar os processos de construção mais simples e acessíveis com a padronização dos Códigos Municipais e a disseminação do Licenciamento Integrado de Obras. Este foi o objetivo do protocolo de intenções assinado entre a Associação Paulista de Municípios (APM), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e a Frente Parlamentar da Indústria da Construção da Assembléia Legislativa (ALESP), durante a abertura do 12º Construbusiness, nas presenças, entre outros, dos ministros da Fazenda, Henrique Meireles, das Cidades, Bruno Araújo, do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e do vice-governador Márcio França, representando o governador Geraldo Alckmin.

“A ideia é fazer com que os municípios adotem padrões de licenciamento e construções integrados e menos burocráticos”, afir-

mou o presidente da APM, Carlos Cruz.

Carlos Eduardo Auricchio, diretor do departamento da Indústria da Construção (Deconcic) da FIESP, afirmou que o modelo já está consolidado em países da Europa e nos Estados Unidos. “Hoje não temos no Brasil indicadores que permitam um licenciamento integrado, nem um código de obras que sirva de referência. O modelo vai auxiliar os municípios, a indústria da construção civil e, consequentemente, os moradores e novos proprietários”, afirmou Auricchio.

O deputado Itamar Borges, que comanda a Frente Parlamentar da Indústria da Construção na Assembléia Legislativa, salientou que o documento consolida o “compromisso de uma ação conjunta de orientação e estímulo à padronização dos códigos municipais de obras de cada uma das 645 cidades do Estado”.



Carlos Eduardo Auricchio, da FIESP

Segundo o deputado, os novos procedimentos, além de clareza e transparência, vão gerar economia nos processos de construção, “facilitando as relações entre a iniciativa privada, as prefeituras, governo do Estado e União”.

A diretora Marilene Mariottini, uma das vice-presidentes da Associação Paulista de Municípios, será a representante da entidade no grupo de trabalho constituído a partir do protocolo de intenções.

Illuminação pública é o foco do primeiro curso da Escola de Gestão pública da APM

Dentro da proposta da Escola APM de Gestão Pública, a entidade irá viabilizar o primeiro curso de educação à distância (EAD).

Realizado em parceria com o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (ISITEC), este curso, que ainda neste mês de março será disponibilizado no portal da APM, terá como foco a qualificação de gestores municipais em “iluminação pública”.

A Escola APM de Gestão Pública é um dos serviços que serão viabilizados a partir deste ano, dentro da plataforma de ações estratégicas idealizada pelo presidente da entidade, Carlos Cruz.

“O nosso objetivo é o de ajudar a preparar e aperfeiçoar as equipes

de governo através da qualificação daqueles que atuam nas mais diversas áreas da gestão pública municipal”, explica o vice-presidente Eugênio José Zuliani.

Tema deste primeiro curso é fundamental para a qualidade de vida nos centros urbanos, sobretudo após a resolução normativa da Aneel que transfere a responsabilidade da iluminação pública para os municípios.

Além de estar relacionada com a segurança nas cidades, segundo o presidente da APM, ela é um instrumento de cidadania ao “permitir que as pessoas possam desfrutar do espaço público durante à noite”.

O curso, cujo convênio foi assinado nesta semana, na sede do Sin-

dicato dos Engenheiros, será oferecido pela APM em parceria com o ISITEC, uma instituição de ensino superior em engenharia com curso de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação. Mantido pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo (SEESP), ele também atua em Educação Continuada, Consultoria e Serviços.

O curso será oferecido no estado de São Paulo, mas qualquer município dos demais estados pode participar.

É destinado a servidores e cargos em comissão que têm a responsabilidade pelos cuidados com a iluminação pública nos municípios e outros temas importantes para a administração.

ICMS no celular

mais um serviço aos municípios paulistas:

Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
Datas dos próximos cursos oferecidos pela APM;
Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
Repasses do Governo aos Municípios.



Mais e melhores serviços

Neste ano de 2017, a APM irá disponibilizar uma série de novos serviços para atender às necessidades de seus associados.

“Através de programas, ações e eventos, a entidade pretende auxiliar os gestores municipais em suas administrações e fortalecer o movimento municipalista”, diz o presidente da entidade, Carlos Cruz.

Para aproximar a presidência da APM e os prefeitos, está sendo organizada uma rede de comunicação com o propósito de transmitir informações que resultem rapidamente em iniciativas e providências úteis às gestões municipais.

Além disso, o site será atualizado diariamente com as notícias mais importantes para os municípios.

Para preparar e aperfeiçoar as equipes de governo, foi lançado o primeiro curso da recém-criada criada Escola APM de Gestão Pública, que oferecerá cursos à distância para promover a qualificação dos assessores do prefeito nas mais diversas áreas da gestão pública municipal.

A APM também realiza eventos ao longo do ano, como o 61º Congresso Paulista de Municípios, em abril, no qual serão debatidos assuntos atuais de interesse dos associados, e o 15º Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios (CBTIM), em novembro, com o objetivo de apresentar as ferramentas mais modernas disponíveis no mercado que podem auxiliar a gestão pública.

No campo cultural e esportivo, a entidade vai organizar a 1ª Copa APM de Futebol Mirim. O objetivo é revelar novos talentos nos municípios, num campeonato que vai envolver todo o Estado com a fina-



lísima prevista para acontecer no estádio do Pacaembu.

Serão disponibilizados também, segundo o presidente Carlos Cruz, serviços de consultoria, como consultoria jurídica, a partir de parcerias com escritórios de advocacia especializados; consultoria em assuntos relacionados ao Tribunal de Contas do Estado; consultoria junto ao BNDES para a obtenção de crédito e recursos para modernização administrativa e tributária através do PMAT e consultoria para obtenção de recurso extra.

Cumprindo com seu dever de defender os interesses municipalistas, a APM fará o acompanhamento da nova Lei de Repatriação, que garante aos municípios a participação no arrecadado do Imposto de Renda e da multa.

Outra medida a ser acompanhada pela entidade é a lei que veta a alteração do recolhimento do ISSQN nas operações bancárias de leasing e cartões de crédito.

A mudança prevê que o imposto seja recolhido no município em que houve a transação.

A APM se compromete a lutar pela derrubada do voto e garantir esta importante fonte de receita aos municípios.

A entidade também vai procu-

rar fortalecer as associações regionais de municípios do Estado para, através deles, aproximar a APM das realidades, necessidades e demandas de seus associados em todo o território paulista.

Além de tudo isso, a partir de julho estaremos em novo endereço, com instalações mais amplas e com uma infraestrutura completa para nossos associados.

Tudo para otimizar as gestões públicas, defender os interesses dos municípios e atender às demandas de nossos associados.

Novos serviços

- Escola APM de Gestão Pública;
- Consultoria jurídica;
- Consultoria – Tribunal de Contas do Estado;
- Consultoria – BNDES;
- Consultoria para obtenção de recurso extra;
- Acompanhamento – nova Lei de Repatriação;
- Acompanhamento – lei que veta alteração do recolhimento do ISSQN;
- 61º Congresso Paulista de Municípios;
- 15º CBTIM;
- 1ª Copa APM de Futebol Mirim.

GESTÃO TERRITORIAL - SGT

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A maioria das cidades, não só do Estado de São Paulo, mas de todo o Brasil, sofrem com o elevado número de loteamentos e/ou desmembramentos irregulares ou clandestinos de glebas, ocupações espontâneas, invasões em áreas públicas, moradias em áreas ambientalmente protegidas (Área de Preservação Permanente – APP, Área de Proteção Ambiental – APA, Área de Proteção e Recuperação de Mananciais – APRM) etc.



É sabido que nem todos os municípios possuem condições de contar com um quadro de profissionais especializados com conhecimentos específicos para promover a regularização fundiária destas áreas e assim trazer a legalidade a essa parcela da população, que passará a viver de maneira formal, com segurança jurídica da posse.

Desta forma, a **Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS**, por meio da **Diretoria de Serviços**, área de **Gestão Territorial – SGT**, está disponibilizando aos municípios que tiverem interesse, todo apoio técnico nas ações de **Regularização Fundiária** em área urbana, expansão urbana e rural, bem como outras ações de planejamento territorial que porventura tiverem necessidade, dentre elas: planos, estudos, cadastros socioeconômicos, assessoria em desapropriações, projetos urbanísticos e apoio técnico na obtenção de recursos federais e estaduais nesta área.

A CPOS conta com uma equipe multidisciplinar de técnicos altamente capacitados, com longos anos de experiência em planejamento territorial, em especial na área de Regularização Fundiária, sendo inclusive, por vários anos a empresa contratada pela Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo, para atuar no Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais – GRAPROHAB, Casa Paulista, Programa Especial de Melhorias – PEM e especialmente no Programa Estadual de Regularização Fundiária – **Cidade Legal**, dando orientação técnica e assessoria aos municípios do Estado de São Paulo. Também prestou e vem prestando serviços de planejamento territorial para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, Conselho do Patrimônio Imobiliário, Departamento Aerooviário do Estado de São Paulo – DAESP, DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ e Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário, dentre outros.

Importante ressaltar que a regularização fundiária é um instrumento da política urbana que visa garantir o direito constitucional de moradia digna aos seus ocupantes, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente equilibrado, trazendo, assim, não apenas benefícios aos moradores da área a ser regularizada, mas a toda população e a própria cidade.





Dalva é homenageada pela Assembleia Legislativa de SP

A Assembleia Legislativa de São Paulo prestou homenagem solene no início de fevereiro à batalhadora pelo municipalismo Dalva Christofoletti, pelos seus 80 anos de luta no serviço público e em várias entidades de defesa dos municípios. Coube à deputada Clélia Gomes, que preside a Procuradoria

Especial da Mulher, abrir o ato solene e receber a aniversariante e os participantes da solenidade. O deputado João Caramez exaltou em sua fala a vocação municipalista de Dalva.

Durante o evento foi apresentado vídeo com fotos da trajetória de Dalva junto a familiares, políticos

e amigos, além de atuação do cantor Sérgio Reis interpretando uma das músicas preferidas de Dalva.

Participaram da homenagem, além dos já citados, Carlos Cruz, presidente da Associação Paulista de Municípios, Ben Hur Paes da Silva, filho da homenageada, e Maria Livia Suplicy, entre outros.

Conheça um pouco sobre a grande dama do municipalismo

Imagine alguém que, aos 80 anos, dedicou mais de 60 ao municipalismo. Desses, 32 anos ao serviço público em Rio Claro, onde foi secretária de Educação, Cultura, Esportes, Turismo, Administração, Finanças e Jurídico. Além, também, de seis vezes chefe de Gabinete de prefeitos e presidente do Conselho Municipal de Cultura - faltaram apenas cargos eletivos neste invejável currículo. Mas tem mais: ela fez parte da organização dos primeiros congressos da Associação Paulista de Municípios, a partir de 1957 e continua até hoje

participando ativamente.

Qualquer pessoa envolvida com o municipalismo já sabe de quem se trata: Dalva Christofoletti Paes da Silva, a Dona Dalva, como é carinhosamente conhecida. “Com o vigor e juventude de seus 80 anos, é inegavelmente a grande dama do municipalismo paulista e brasileiro”, ressalta o presidente da APM, Carlos Cruz.

Descendente de italianos e autriacos, viúva, três filhos, quatro netos, preside o Centro de Estudos de Apoio aos Municípios e Empresas (Ceame), criado por ela.

APM – Como a senhora resume uma vida dedicada ao municipalismo?

Dalva – Em todas as atividades investi a força do meu trabalho pela certeza e que o município, com sua estrutura pública, integrada por setores produtivos e forças vivas da comunidade, é capaz de fazer a diferença na busca de melhor qualidade de vida para o cidadão, sonho comum dos homens de bem. Me sinto feliz de contribuir e estar com os que comungam também na crença dessa força: Município e Empresa.

APM – Seis décadas atrás, não havia essa consciência. Qual a grande mudança nestes anos?

Dalva – Acho que houve uma legislação, porque até a Constituição de 88 os municípios nem federativos eram. Com a Constituinte lutamos muito para mudar e conseguimos. Era tudo mais difícil. Depois de 88 conseguimos que fosse criado o IPVA que não era do município, conseguimos o ITBI. Mobilizamos em marchas para aumentar o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 8,5% para 14,5%. E depois, co mais lutas, elevar para 22,5%. A Confederação Nacional dos Municípios conseguiu mais 1%. Mas o governo achou uma alternativa para não repassar dinheiro aos municípios. Em vez de criar imposto, criou taxas. Como a Constituição diz que deve ser repassado parte de impostos, nunca mais criou impostos, só taxas.

APM – E na participação popular, o que evoluiu?

Dalva – Outro avanço que a sociedade ainda não se apercebeu é quanto a importância dos Conselhos. Hoje temos Conselhos de todos os tipos, de Meio Ambiente, Saúde, Educação etc, criados para a sociedade de regime democrático participar da criação de políticas públicas das cidades. É preciso que a sociedade seja ouvida. Só que os conselheiros, a grande maioria, ainda não aprendeu a ser conselheiros. E as entidades – prefeituras, por exemplo – ainda não aprenderam a respeitar os conselhos. Mas conselheiros não podem confundir Conselhos com sindicatos. Os Conselhos devem procurar alternativas e novos caminhos. Devem fazer propostas para inovar as políticas públicas.

APM – A sociedade passa atualmente por uma fase de descrédito na classe política. Qual a influência disso nos municípios?

Dalva – O problema principal da

gestão pública é a credibilidade. Governança é um termo novo, porque sempre se falou em administração, depois em gestão e agora em governança. Acredito que ela é realmente que vai resolver esses desentimentos das gestões públicas. Temos um presidente, 27 governadores e distrito federal, e mais de cinco mil municípios, justamente onde vivem as pessoas. Esse descrédito que hoje a sociedade tem nos políticos se deve em grande parte aos muitos políticos que tem capacidade, mas se omitem. Existem políticos bons, sim, e eles podem mostrar que é possível



realizar e dar exemplos de ótimas ações pelas comunidades.

APM – A senhora fez parte de inúmeras campanhas para fortalecer o papel feminino em cargos executivos e legislativos. Temos resultados animadores?

Dalva – São poucas mulheres ocupando cargos no legislativo e no executivo. Pouquíssimas. Até porque nem os próprios partidos, a maioria, como se percebe, querem cumprir a lei que exige que 30%

sejam candidatas. Só que isso não é suficiente. É preciso ajudar essas mulheres a serem candidatas, incentiva-las para que disputem cargos. Mas percebemos que os partidos não dão condições para que disputem as eleições com chances reais. Esse é um dos fatores. Quando se discute as políticas públicas para as mulheres, são os homens que fazem isso. A discussão do empoderamento da mulher é um tema muito importante.

APM – Como é o dia a dia de sua luta pelos municípios?

Dalva – Nossa trabalho é de vigilância permanente. Precisamos saber o que o Congresso Nacional está preparando e discutindo para refletir nos municípios. Procuro fazer a interface para ver como essas coisas afetam. A orientação é essencial. Uma coisa difícil é ajudar os municípios até na confecção das leis orgânicas. Na área social temos as LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social). Todos os dias os ministérios inventam adendos e mudanças nas áreas de educação, saúde, transporte, habitação. Precisamos de vigilância muito grande não só para conquistar mais para os municípios, mas também para evitar que os ganhos se diluam. E aí vivo brigando. No Congresso, conheço quase todos, até porque do Estado de São Paulo, a grande maioria dos parlamentares foi prefeito. É assim a luta pelos municípios.

APM – E a saída para o futuro?

Dalva – Recomendo aos jovens que se interessem pela política, que aprendam política, que sejam políticos e que participem. Se os bons e bem-intencionados não fizerem isso, deixarão para que os malandros não ocupem os espaços que estão aí. Acredito nessa juventude. Acredito que somos capazes de tirar essa podridão dos níveis de governo, com as pessoas de bem se destacando. Esta é a saída.



I Congresso Estadual dos Municípios - Prefeito Adolfo Mantovani (Águas de Lindóia), Antonio S. Galante (Cedral), José V. Pereira (Tabapuã), Antonio Machado Sant'Anna (Ribeirão Preto) e Benedito Lisboa (São José do Rio Preto)

Livro revela fotos raras dos Congressos da APM

Fotografias raras dos primeiros congressos da Associação Paulista de Municípios estampam um capítulo especial do livro “Jornalista Antonio Machado Sant’Anna”, de autoria de seu filho Sérgio Rubens Machado Sant’Anna e Cristina Koga. O livro, editado em Ribeirão Preto, conta a história da vida do jornalista Antonio Sant’Anna, o Toni, que nasceu em 1906 e faleceu em 1981 e mostra sua participação ativa como municipalista atuando como secretário-geral da APM por muitos anos.

O livro mostra seis fotos do início da atividade principal da entidade, inclusive a mesa principal do 1º Congresso, em Águas de Lindóia. Ao lado do prefeito Adolfo Mantovani estava Antonio Machado Sant’Anna. Durante o XI Congresso, em agosto de 1966, diretores da APM e prefeitos comemoraram o

aniversário do jornalista.

“Foi uma grata surpresa esta publicação, não apenas pelo resgate histórico da importância do batalhador Sant’Anna na luta municipalista, como também pela homenagem à APM ao relembrar o início dos nossos congressos”, disse o presidente do Conselho Deliberativo, Aquevirque Antonio Nholla, ao receber um exemplar do livro.

A jornalista Cristina Koga, coautora da publicação, lembra que Sant’Anna iniciou na imprensa em 1924, no jornal “A Cidade” e foi correspondente dos “Diários Associados”, de Assis Chateaubriand, de quem era amigo. Em Ribeirão Preto, era uma espécie de “embajador”, por causa de seu excelente relacionamento com personalidades nacionais e internacionais, com grande influência nas esferas de

poder entre 1924 e 1970.

“Era um nacionalista e municipalista de coração”, cita a jornalista. “Ele atuou durante muitos anos na Secretaria-Geral da Associação Paulista de Municípios do Estado de São Paulo, promovendo inúmeros encontros entre os prefeitos do Estado, em estâncias hidrominerais”.

O filho Sérgio faz uma homenagem bonita ao pai, com uma declaração emocionante: “Meu pai cumpriu seu papel de jornalista, diante da população, conheceu o mundo sem ter um centavo no bolso, sempre como convidado de honra. Não acumulou riquezas materiais porque não visou lucros, mas recebeu o maior de todos os tesouros: o respeito do mundo em resposta ao seu caráter como homem e profissional”.



VII Congresso Estadual dos Municípios
em Serra Negra 1961 - Est. de São Paulo



IX Congresso Estadual dos Municípios em
Águas de Lindóia - 18 a 23 de agosto de 1964



XI Congresso Estadual dos Municípios em
Campos do Jordão, de 8 a 13 de agosto de 1966 -
comemorando o aniversário do jornalista



XI Congresso Estadual de Municípios,
em Campos do Jordão



XIII Congresso Estadual de Municípios em
Campos do Jordão - 13 a 19 de abril de 1969



Aprecesp elege sua nova Diretoria

A Associação das Prefeituras das Cidades Estâncias do Estado de São Paulo (Aprecesp) elegeu o prefeito de Holambra, Fernando Fiori de Godoy, como presidente para a gestão de 2017/20, em cerimônia realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 19 de janeiro. “Vou realizar um trabalho conjunto com os prefeitos que integram a entidade para melhorar a interlocução com o governo estadual, no sentido de agilizar a liberação de recursos para investimentos na infraestrutura turística nas 70 estâncias e nas cidades de interesse turístico”, ressaltou Fernando de Godoy logo após tomar posse. Salientou ainda que manterá os cursos de qualificação profissional e regionalização do turismo e a promoção dos destinos paulistas.

O evento foi prestigiado por 33 prefeitos e sete vice-prefeitos. Um total de 44 das 70 estâncias paulis-

tas estavam representadas, entre eles o ex-prefeito de Bertioga e ex-presidente da Aprecesp Mauro Orlandini. Também estiveram na cerimônia representantes do turismo paulista e o presidente da Associação Paulista de Municípios,

Carlos Cruz, entre outros. Cruz parabenizou a nova diretoria e disse que a entidade terá total apoio da APM. “O incentivo ao turismo é indispensável para o desenvolvimento dos municípios”, ressaltou ele.

Nova Diretoria

A nova Diretoria da Aprecesp é composta por:

Fernando Fiori de Godoy

(presidente e prefeito de Holambra)

Marco Aurélio

(vice-presidente e prefeito de Itanhaém)

Antonio Hiromiti Nakagawa

(1º Secretário e prefeito de Paranapanema)

Leandro Luciano dos Santos

(2º Secretário e prefeito de Santa Rita do Passa Quatro)

André Eduardo Bozola de Souza Filho

(1º Tesoureiro e prefeito de Socorro)

Frederico Guidoni Scaranello

(2º Tesoureiro e prefeito de Campos do Jordão).

O Conselho Fiscal será composto pelos prefeitos de Brotas - Modesto Salvietto Filho; Olímpia - Fernando Augusto Cunha; São Vicente - Pedro Gouvêa; Salto - Geraldo Garcia; Guaratinguetá - Marcus Soliva; e de Santa Fé do Sul - Ademir Maschio.



Prefeito de Potirendaba toma posse na presidência da AMA

Com 127 municípios relacionados, a AMA – Associação dos Municípios Araraquarense – elegeu dia 28 de janeiro, por aclamação, sua nova diretoria para o biênio 2017/2018. Flávio Daniel Alves foi escolhido o novo presidente, enquanto que Flávio Prandi, de Jales ficou com a vice-presidência.

Bastante prestigiado, o evento mostrou a força que a entidade tem nas decisões políticas do Estado, pois inúmeros deputados federais e estaduais têm suas bases em vários deles. O prefeito Edinho Araújo, de São José do Rio Preto, participou do evento e destacou a necessidade de “caminharmos juntos para a conquista de obras para a nossa região”.

Também presente na posse, o presidente da Associação Paulista de Municípios, Carlos Cruz, que enfatizou a necessidade da união de todos, em reforço à entidade que representa os municípios paulistas. “Está na união dos municípios a força para enfrentarmos



Flávio Daniel Alves, prefeito de Potirendaba, ao lado de Carlos Cruz, presidente da APM com as armas da política cristalina os problemas e as necessidades de nossas comunidades”, disse Cruz, ao parabenizar as lideranças que assumem esta importante missão a partir de agora.

Flávio Alves orgulha-se de ser o



primeiro prefeito de Potirendaba a assumir essa posição na maior entidade regional do Estado.

O prefeito Antonio Carlos Macarrão, ex-prefeito de Mira Estrela, comandou a entidade até sábado e realizou em novembro passado um congresso voltado a apresentar à União e Estado, apreensões e dificuldades dos municípios.

A AMA é uma associação sem fins lucrativos. Foi criada no dia 2 de fevereiro de 1974, visando à integração administrativa, econômica, cultural e social dos municípios que a compõem. Tem por finalidade contribuir para a solução dos problemas comuns aos municípios do Noroeste Paulista, defender o municipalismo e promover o desenvolvimento regional e dos municípios associados.

O subestimado papel dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas

O diagnóstico de um grave problema social costuma suceder uma receita política com pretensão de canalizar as demandas coletivas em formato inédito, às vezes travestido de inovação. Que caminhos surgem então para enfrentar a atual quadra de nosso modelo democrático, marcada pela crise de representatividade, ceticismo em relação ao sistema eleitoral e descrença na capacidade e boa fé dos gestores públicos?

Os estudiosos da engenharia institucional podem propor alternativas complexas, envolvendo reformas legais e a criação de novos institutos, voltados à reafirmação dos valores republicanos. Essas novidades, porém, certamente tomariam tempo e energia talvez não disponíveis no contexto destes dias. A inovação é sempre bem-vinda, mas, neste caso, uma colaboração importante pode vir de um mecanismo que emula a forma mais antiga de se exercitar a democracia: os conselhos municipais de políticas públicas.

Consagrados na Constituição Federal de 1988 e em normas específicas, tais conselhos receberam a atribuição de influenciar os rumos das prestações do Estado relativas aos serviços públicos essenciais como saúde, educação e assistência social, além de contribuir com o controle do uso do dinheiro arrecadado com os tributos. Tudo exercido diretamente pelo cidadão ou entidades sociais, sem a necessidade de qualquer intermediário ou representante.

Trata-se de um canal já institucionalizado, pronto para ser ocupado



Dimas Eduardo Ramalho

do por aqueles que querem contribuir com os rumos de seu município e das questões coletivas. Os admiráveis brasileiros que tomaram as ruas a partir de 2013 para manifestar pacificamente seus descontentamentos e suas distintas posições ideológicas, por exemplo, têm à disposição esse mecanismo situado na intersecção entre Estado e sociedade, que abre espaço para a democracia direta em pleno século 21.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo considera o papel desses conselhos tão nobre que se dedica a estimular e acompanhar suas atividades permanentemente. Somente em 2016, o TCESP promoveu oito cursos na capital e no interior do Estado para capacitar conselheiros municipais de educação e de saúde. Também foram atualizados guias de orientação do Tribunal de Contas aos membros dos Conselhos Municipais de Saúde e dos Conselhos do FUNDEB, para nivelar o trabalho daqueles que compõem tais colegiados como representantes tanto da sociedade como do Estado.

No eixo da fiscalização, a preocupação se volta à análise financeira, contábil e orçamentária dos conselhos e também à qualidade da participação de seus membros. O funcionamento adequado desse mecanismo constitucional de participação direta da sociedade no controle e na gestão dos recursos estatais depende fundamentalmente de dois pontos relacionados entre si: a forma como os conselhos são compostos e a possibilidade de conduzirem a própria agenda.

É saudável que a pluralidade seja o critério de escolha dos conselheiros, cuja trajetória e afinidade ideológica não podem sempre coincidir com as dos administradores municipais, já que o objetivo é justamente contar com mais uma entidade capaz de aplicar os freios e contrapesos ao poder. Ademais, somente um conselho plural será capaz de debater e deliberar sobre pontos que eventualmente não estejam na agenda estatal.

Ao TCESP, cabe contribuir para o bom funcionamento dos milhares de conselhos municipais já existentes em nosso Estado, além de jogar luz sobre essa ferramenta de controle social muitas vezes subestimada. Trata-se de um canal que, apesar de simples e milenar, acaba abrindo um espaço nobre para aqueles que desejam opinar e participar diretamente das políticas públicas hoje mesmo não integrando as vias convencionais de representação democrática.

Dimas Eduardo Ramalho é presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Por uma administração pública moderna e eficiente!

Um verdadeiro “Tsunami” está assolando as administrações públicas municipais. Explico: por conta da necessidade de reduzir despesas de custeio, a maioria dos municípios brasileiros está exonerando, sem qualquer critério, expressiva parcela, ou mesmo a totalidade dos ocupantes de cargos exclusivamente em comissão que, nos termos da Constituição Federal, são aqueles de livre nomeação e exoneração (art.37, II, parte final).

Livre exoneração, ou demissão para os leigos, significa que o servidor, ao sair, não recebe nada além de saldo salarial, 13º salário e férias e, talvez um obrigado!

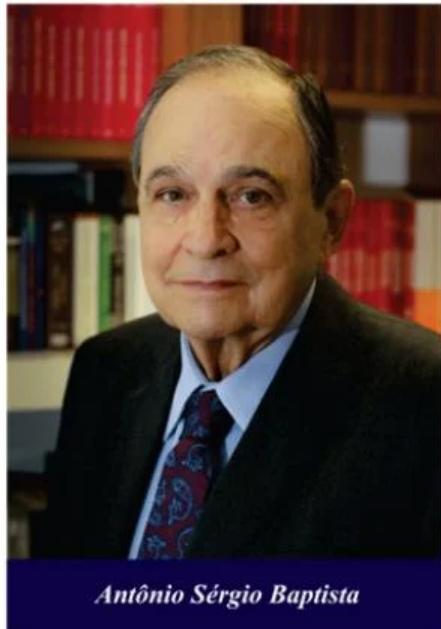
No âmbito das administrações municipais existem centenas, talvez milhares de profissionais competentes, que, após longo tempo de dedicação, alguns com 20 anos ou mais, são exonerados friamente, sem qualquer condescendência.

Mas, quem é culpado por tão absurda situação?

Sim, quem pode ser responsabilizado?

Sem dúvida um regime de relação contratual entre as pessoas físicas e administrações públicas, plasmado nos artigos 37 a 39 da Constituição Federal que não se compacuta com a modernidade, retrógrado, que não valoriza a competência, o profissionalismo; que incentiva a acomodação através da exequível e ultrapassada estabilidade constitucional.

Regime que criou a absurda e inútil avaliação de desempenho, periódica e especial, instituto de



Antônio Sérgio Baptista

difícil manejo, no âmbito da imensa maioria dos municípios brasileiros, até mesmo os maiores e mais bem estruturados.

Neste passo, é oportuno lembrar, até para demonstrar o evidente equívoco cometido pelo legislador constituinte, que o instituto da estabilidade foi banido das relações de trabalho, regidas pela C.L.T, através da edição da Lei nº 5.107/66, que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1967.

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que inicialmente foi instituído como regime alternativo à estabilidade no emprego assegurada, então, pelo art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho. Confira-se:

Art. 492 O empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo

de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que, com a promulgação da Constituição Federal de 88 foi elevado à categoria de direito social fundamental, tal como plasmado no inciso III, do artigo 7º da Lei Fundamental.

Direito social que, no entanto, não foi incluído no rol daqueles direitos assegurados ao servidor público pelo artigo 39,§ 3º da mesma Carta, isto porque substituído pelo sistema de aquisição da estabilidade disciplinado pelo artigo 41.

A verdade incontestável é que, assim como a estabilidade no emprego era um pesado fardo, suportado pelas empresas sob o codinome de “passivo trabalhista”, a estabilidade nos cargos públicos é, na maioria das administrações deste nosso país, um fator de acomodação de ponderável parcela dos servidores públicos efetivos, cenário propício para o crescimento desordenado da máquina pública, que se traduz pela ineficiência dos serviços colocados à disposição dos cidadãos.

Sair da crise, sair do atoleiro em que o Brasil se encontra, significa propor e aprovar reformas estruturantes e, dentre elas se inclui a revisão urgente do capítulo da Constituição de 88 que cuida da Administração Pública!

Voltarei ao assunto!

Antônio Sérgio Baptista é advogado, especialista em Direito Público, coordenador do Conselho Técnico da APM.

Controle interno: uma obrigação a mais

Não é de hoje que os Tribunais de Contas de todo o País vêm apontando em seus pareceres e relatórios a necessidade de os Municípios criarem os mecanismos adequados para a efetiva realização do controle interno.

Isso porque, a Administração Pública tem o poder de fiscalizar e corrigir sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito, por meio do controle administrativo. O controle exercido sobre os órgãos da Administração é um controle interno.

Contudo, os Municípios ainda mantém dúvidas acerca do que consiste exatamente o controle interno e de como proceder para implementar a sua realização.

O controle interno se realiza por meio da fiscalização sobre funcionários encarregados de executar os programas orçamentários e da aplicação de dinheiro público, por seus superiores hierárquicos.

A Constituição Federal não especifica, contudo, as formas de atuação do controle interno, silencian- do, inclusive, quanto ao momento de sua realização, mas entende-se que pode ser realizado a priori, como a necessidade de ordem de pagamento, que representa uma espécie de controle sobre pagamento de despesa; concomitante, por meio do registro contábil; e *a posteriori*, em relação, por exemplo, à liquidação de despesa.

Uma vez constatada a ocorrência de irregularidades ou ilegalidades, os responsáveis pelo controle interno em cada um dos Poderes

têm o dever jurídico de noticiar ao Tribunal de Contas a ocorrência das irregularidades ou ilegalidades de que tiverem conhecimento, sob pena de responderem solidaria- mente com os seus respectivos autores.

Além disso, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato também possuem legitimida- de para apresentar a denúncia ao Tribunal de Contas.

Do ponto de vista objetivo, a efetiva realização do controle interno recomenda a prévia defini- ção da sua estrutura e do processo de controle, o que deve ser desen- nhado a partir do contexto munici- pal, considerando-se as atribui- ções e responsabilidades de cada administrador ou encarregado por centros de competência.

Em geral, aos funcionários com função de chefia compete controlar a execução dos programas afetos à sua área de responsabilidade e zelar pela observância das normas legais e regulamentares que orientam as respectivas atividades.

A partir da definição dos deve- res de cada servidor relativamente à realização do controle interno, é importante planejar a forma pela qual ele será realizado nos diver- sos órgãos da Administração Pública.

Para a criação tanto da estrutura do controle interno, bem como do procedimento para sua efetiva reali- zação, é recomendável que o Prefeito, por meio de portaria, alguns servidores para constituírem um grupo de trabalho, que deverá



Por Isabela Giglio

realizar todo o mapeamento da estrutura do controle interno e defini- nir a sua forma de realização.

Uma vez concluído o trabalho do grupo, é altamente recomendá- vel que o Prefeito o aprove, por meio de nova portaria, criando, efetivamente, o controle interno no Município.

Tendo em vista a exigência cons- titucional relativa à realização do controle interno, aliada à cobrança dos Tribunais de Contas, é alta- mente recomendável que os Municípios tomem as providênci- as necessárias para a sua efetiva criação.

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Proces- sual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constitui- ção” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor”(isabela@conam.com.br).

Breve guia para o recebimento de doações pelas prefeituras

Com o crescente interesse das prefeituras em ampliar o relacionamento público-privado não oneroso à Administração, ou seja, valendo-se da liberalidade das empresas que queiram se engajar em projetos municipais, é importante destacar o fato de que alguns procedimentos devem ser observados previamente pelas municipalidades. Tudo isso para garantir que essas doações sejam transparentes, sigam as boas práticas em gestão pública e não levantem dúvidas posteriores acerca do processo.

Em primeiro lugar, é importante que o procedimento para recebimento de doações esteja disciplinado em um decreto emitido pelo Poder Executivo municipal, a fim de se evitar alegações de que as doações não estejam amparadas em um marco normativo robusto e que podem representar algum tipo de vantagem, direta ou indireta, mediata ou imediata, para a referida empresa junto à Administração Pública municipal. A existência do decreto não é imprescindível para a sua operacionalização; contudo, como destacado, é aconselhável o uso deste instrumento jurídico para nortear esse relacionamento público-privado.

Um dos pontos que o decreto pode regular é se haverá algum tipo de ação municipal em nome da empresa após a concretização da doação (por exemplo, algum tipo de contrapartida na doação – ainda que não seja tangível ou expressa, como uma publicidade sutil feita pelo prefeito ou outro agente político em redes sociais). E, ainda que não haja essa contrapartida, de certa forma o marketing sempre existirá na divulgação ao público, pelos meios de imprensa,



Por André Castro Carvalho

do procedimento realizado – como quando se anuncia em jornais que uma determinada empresa está doando algum produto ou se comprometendo gratuitamente a reformar ou construir algo dentro do espaço municipal. Isso naturalmente tem um impacto positivo para a empresa – o Fórum Econômico Mundial estima que a reputação é responsável por 25% do valor de uma empresa. Portanto, é inegável que uma ação benemérita desse tipo tem impacto positivo na reputação – e, por sua vez, na imagem e valor de uma empresa.

Por essa razão, é importante que o procedimento esteja previamente disciplinado, de preferência mediante um chamamento público (que até pode ser simplificado e em algum sítio eletrônico do município), pois outras empresas do mesmo ramo podem também estar interessadas nesse tipo de exposição pública positiva. E tal procedimento pode até mesmo disciplinar a existência de mais de uma empresa dentro da mesma ação municipal: por exemplo, todas as lojas de constru-

ção de um determinado município podem propor algum tipo de obra ou reparo em uma ação conjunta. O que não se recomenda é que se restrinja a ação somente a uma empresa, caso outras também tenham interesse. Por isso o chamamento é importante: visa a dar publicidade da intenção do agente público e trazer isonomia em uma determinada ação municipal benemérita.

Outra questão importante que pode ser regulada é que o agente público proponha ao empresariado, no chamamento, que a iniciativa passe a ser business as usual para a empresa, a fim de que as doações se tornem um programa de estado, e não de governo. Assim, evita-se a partidarização ou uso político das doações, trazendo um caráter de imparcialidade e periodicidade à ação – a empresa estará doando ao Município, e não àquela gestão municipal. Ou seja, é uma boa prática de gestão municipal que também pode render dividendos políticos ao bom gestor público.

Por fim, é conveniente recordar que esse tipo de iniciativa não pode substituir as políticas públicas setoriais, como saúde ou educação. Entretanto, a própria iniciativa de recebimento de doações, ganhando mais corpo e aprendizado por parte dos agentes públicos, pode se tornar ela mesma uma política pública municipal – como ocorre em outros países, à exemplo dos Estados Unidos.

André Castro Carvalho é sócio-coordenador da Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados, Bacharel, Mestre e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology – MIT.

Municípios podem economizar nas contas de telefonia

A gestão eficiente dos gastos com telecomunicações é uma prática que pode trazer ganhos expressivos para os municípios brasileiros. Muitas empresas que já adotaram a metodologia de gestão de despesas em telecomunicações (Telecom Expense Management) vêm obtendo resultados excelentes, graças à recuperação de valores cobrados indevidamente nas faturas e ao maior controle dos gastos nessa área - chegando a 35% de redução nas despesas.

“Esses benefícios também estão ao alcance das administrações municipais, que podem recuperar rapidamente o investimento feito em soluções desse tipo. Dependendo do caso, a recuperação pode ocorrer em até 60 dias”, afirma Tarcizio Antônio Fernandes, Gerente de Conta do CPqD. “Afinal, muitos dos desafios enfrentados pelas empresas - como a necessidade de um controle eficaz do uso dos recursos e serviços de telecomunicações - também são um problema nas prefeituras, que ainda recebem as faturas em papel e geralmente possuem um grande número de usuários espalhados pelos vários órgãos municipais”, acrescenta.

Com o objetivo de ajudar os municípios a enfrentar esses desafios, o CPqD oferece um conjunto de ferramentas de software e processos operacionais destinados a facilitar a auditoria de faturas, a alocação correta dos recursos, a gestão dos gastos e, ainda, a dar suporte à negociação de novos contratos. Uma dessas ferramentas é a solução CPqD TEM, que já vem



sendo utilizada por diversas corporações, com resultados bastante positivos - uma das maiores instituições financeiras do país, por exemplo, conseguiu identificar mais de R\$ 70 milhões em cobranças indevidas nas faturas de telefonia, em um período inferior a 4 meses de análise (auditoria retroativa) realizada pela equipe de especialistas do CPqD.

A recuperação de valores pagos indevidamente nas faturas é um dos benefícios propiciados por essa solução, que pode trazer retornos financeiros expressivos. De acordo com o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - Resolução 632/2014 da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), os usuários têm prazo de três anos para a contestação, junto às

operadoras, de valores pagos indevidamente. Mais do que isso, o Regulamento estipula o direito ao ressarcimento em dobro do valor pago em excesso, acrescido de juros e correção.

“Os relatórios detalhados fornecidos pelo CPqD trazem informações que subsidiam as contestações, de forma precisa e irrefutável”, destaca Fernandes. Esses relatórios também oferecem um diagnóstico da situação dos gastos com telecomunicações, facilitando a identificação de pontos para melhorias, por meio da gestão continuada e, ainda, da renegociação de contratos com as operadoras. A combinação de todos esses recursos torna o CPqD TEM uma ferramenta poderosa de gestão de gastos - e, consequentemente, de economia - para os municípios.

O IBGE vai a campo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

Por Júlia Santos

No início de 2017 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deu início aos trabalhos de coleta de dados para a nova edição de uma importante pesquisa, que há tempos vinha sendo aguardada: a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB).

Essa pesquisa terá como principais objetivos levantar informações e avaliar o setor de saneamento básico no Brasil, visando a formulação de políticas públicas e a implementação da nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2030: plano de ação das Nações Unidas que propõe metas para que os países erradiquem a pobreza com o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental.

Para isso, a PNSB investigará as condições de saneamento básico de todos os municípios brasileiros, através dos órgãos públicos e empresas privadas que atuam neste setor, permitindo uma avaliação tanto sobre a oferta como a qualidade dos serviços prestados, além de possibilitar análises das condições ambientais e suas implicações

diretas para a saúde e a qualidade de vida da população.

Tema de indiscutível relevância, o primeiro levantamento sobre saneamento básico no Brasil foi realizado em 1974, através de convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o IBGE. Desde então o Instituto realizou outras três edições dessa pesquisa (anos de 1989, 2000 e 2008), sempre aperfeiçoando e incorporando novos temas e sugestões provenientes de entidades públicas e privadas prestadoras de serviços, pesquisadores, instituições de pesquisa, entidades representativas do setor e até mesmo de informantes.

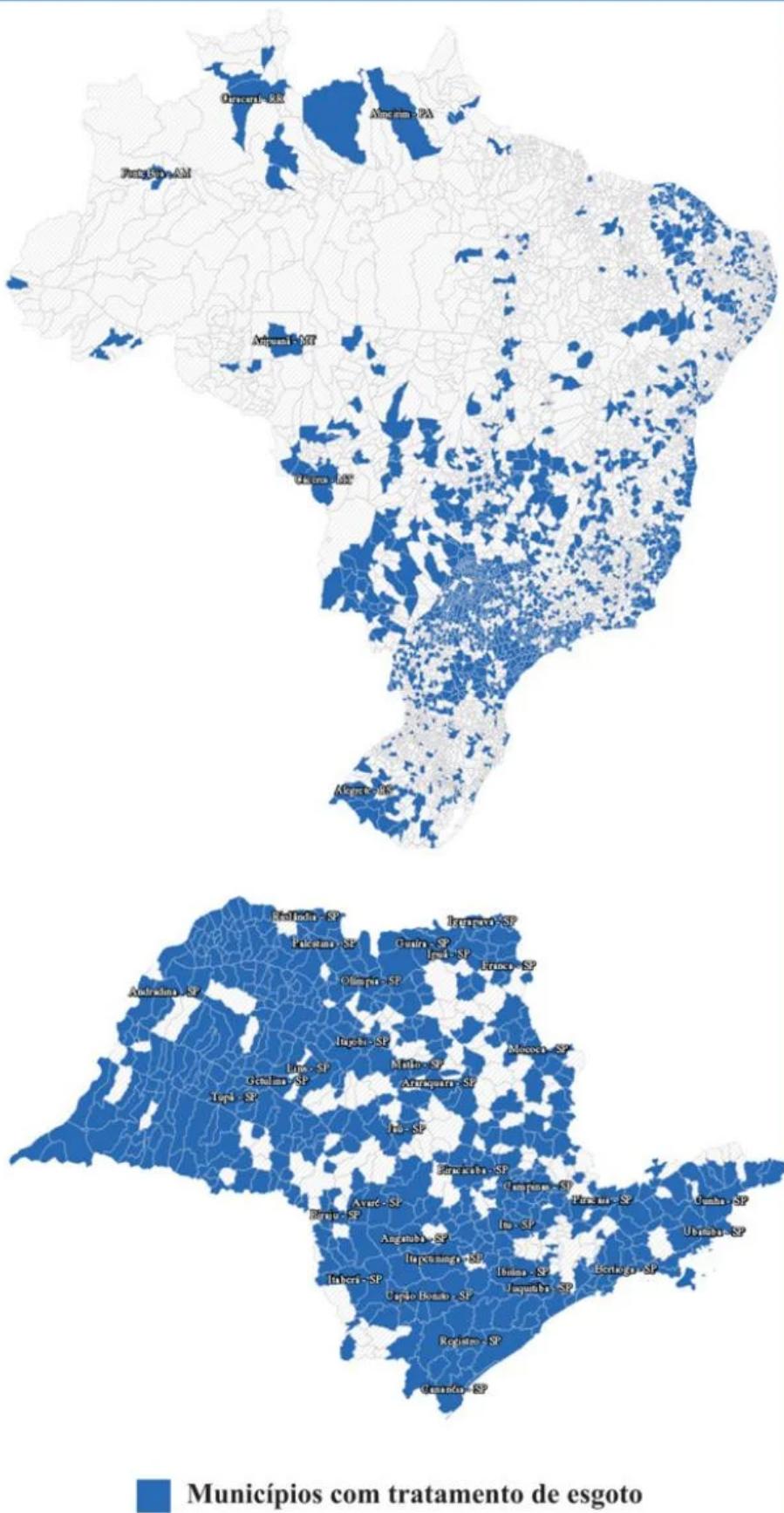
A edição mais recente dessa pesquisa foi realizada mediante convênio com o Ministério das Cidades, e uma de suas principais inovações foi a inclusão de um novo questionário - “Gestão Municipal do Saneamento Básico”. No conjunto, a PNSB 2008 investigou, em todos os municípios brasileiros, informações sobre os seguintes temas: captação e análise da água, volume de água distribuída (tratada ou não), extensão das redes de abastecimento de água,

esgotamento sanitário, tratamento de esgoto, locais de destinação, extensão das redes de esgotamento sanitário, pontos de lançamentos da rede de drenagem urbana, extensão das redes de drenagem urbana, fatores agravantes de enchentes ou inundações e de erosões, volume do lixo coletado, frequência da coleta, destino final do lixo e coleta de resíduos sólidos especiais, entre outros aspectos.

A seguir destacamos alguns dos resultados da PNSB 2008:

- **Abastecimento de Água:** Quase a totalidade dos municípios brasileiros (99,4%) contavam com serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição em pelo menos um distrito ou parte dele. Entretanto, menos de um terço dos municípios tinha leis para proteção de mananciais (fontes de água utilizadas para abastecimento). No Estado de São Paulo, 208 municípios declararam ter legislação municipal sobre proteção de mananciais.

Em apenas 17% dos municípios eram as próprias prefeituras que realizavam o abastecimento de água de forma exclusiva. Mas na



maior parte dos casos (58,2% dos municípios) a prestação do serviço ficava a cargo de outras entidades ou era executada por estas em parceria com a prefeitura (em 24,7% dos municípios).

• **Esgotamento Sanitário:** Pouco mais da metade dos municípios brasileiros (55,2%) tinham serviço de esgotamento sanitário por rede coletora. Entretanto, no Estado de São Paulo, esse serviço encontrava-se praticamente universalizado: 96,9% dos municípios paulistas possuíam rede coletora de esgotamento sanitário. Mas, com relação ao tratamento do esgoto sanitário, menos de 1/3 dos municípios brasileiros contavam com esse serviço, que é oferecido à população de forma bastante desigual. Enquanto no Estado de São Paulo, 78,4% dos municípios já possuíam tratamento de esgoto (conforme representado no cartograma ao lado), no Estado do Maranhão apenas 1,4% dos municípios apresentavam esse serviço público.

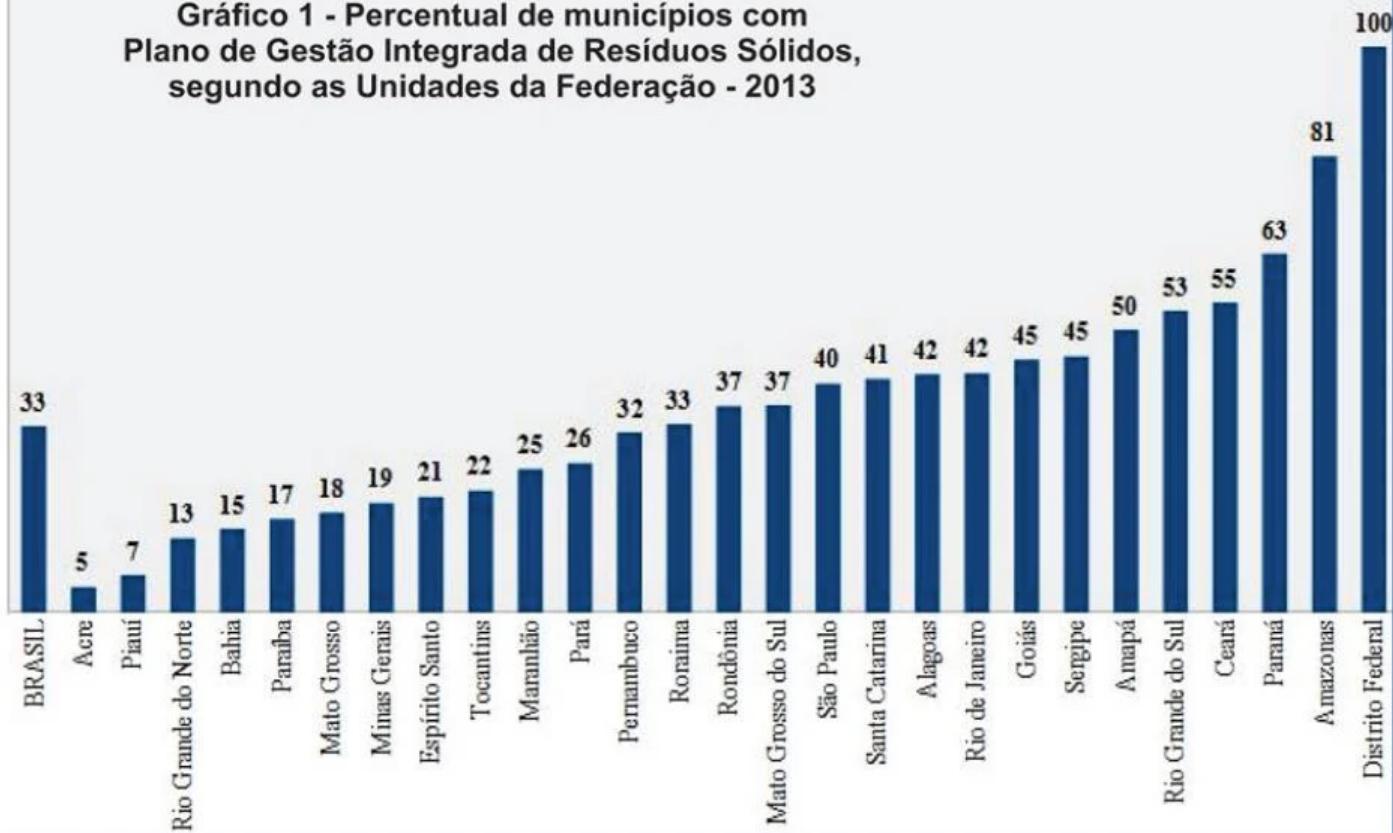
Em 55,6% dos municípios brasileiros eram as prefeituras que executavam o serviço de forma exclusiva, e nos demais 41,6% a execução ficava sob a responsabilidade de outras entidades.

- **Manejo de Águas Pluviais:** 94,4% dos municípios brasileiros informaram possuir ruas pavimentadas no perímetro urbano, sendo que, desses, cerca de 76% dispunham de sistemas de drenagem subterrânea. O manejo de águas pluviais era executado quase que exclusivamente pelas prefeituras municipais (98,6%).

- **Manejo de Resíduos Sólidos (abrange coleta, destinação final do lixo e limpeza pública):** O serviço foi encontrado em todos os municípios brasileiros, sendo que 50,8% destinavam seus resíduos

Fonte: IBGE - PNSB- 2008

Gráfico 1 - Percentual de municípios com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, segundo as Unidades da Federação - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

em vazadouros a céu aberto (conhecidos como “lixões”), enquanto 27,7% utilizavam aterros sanitários e 22,5% utilizavam aterro controlado. O manejo dos resíduos sólidos era realizado diretamente pelas prefeituras em 59,1% dos municípios, sendo que nos demais (31,2%) outras entidades também estavam envolvidas.

Outra questão que vem sendo bastante discutida em nível municipal, e que também é investigada no PNSB, é a adoção da coleta seletiva. Conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a implantação da coleta seletiva é responsabilidade dos municípios, e metas referentes à essa coleta fazem parte do conteúdo mínimo que deve constar nos planos de gestão integrada de

resíduos sólidos dos municípios. De 2000 para 2008 o número de programas de coleta seletiva mais do que dobrou no território brasileiro, passando de 451 para 994, sendo que há expressiva concentração nos Estados do Sul e do Sudeste. Em 2008 a PNSB apontou que havia coleta seletiva em 223 dos 645 municípios paulistas, ou seja, aproximadamente um terço. Com a nova edição da PNSB teremos um retrato atualizado sobre esse tema e provavelmente mais evoluído, considerando que em 2013 a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo IBGE, apontou que 40% dos municípios paulistas já contavam com um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos,

A nova edição da PNSB está prevista para ocorrer em ciclos de 5 anos. Em sua primeira fase de trabalho o IBGE está realizando a atualização cadastral de entidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, trabalho este feito por meio de entrevistas telefônicas assistidas por Computador junto às Prefeituras. Ainda no primeiro semestre de 2017 começa a investigação sobre a gestão dos serviços de saneamento, o que ocorrerá de forma integrada à Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC.

Julia Santos é Mestre em Gestão e Políticas Públicas e Analista em Informações Geográficas e Estatísticas do IBGE.

Proteção de edifícios em terrenos com gás inflamável

Pesquisadora
Marcela Maciel Araújo

A presença de gás metano não deve ser uma questão relacionada somente, por exemplo, às operações de aterro sanitário. O problema colocado pela presença de gás inflamável, como o gás metano (Ch4), no solo subsuperficial também deve ser avaliado no âmbito do gerenciamento de áreas contaminadas, que na temática ambiental merece destaque. O surgimento dessas áreas é marcado pelo modelo de uso e ocupação do território e de desativação de indústrias e aterro/lixões, que compromete o ambiente natural e construído, resultando em situação de risco à saúde e à segurança da população exposta.

As principais preocupações associadas à geração e migração de metano são sua inflamabilidade e explosividade. Ambientes constituídos por metano em concentrações de 5-15% em volume em ar atmosférico são inflamáveis ou explosi-

vos. Por outro lado, a acumulação de gás metano em uma área fechada, pode resultar em um ambiente asfixiante, desde que desloque oxigênio para concentrações inferiores a 18 % em volume.

O gás metano não é tóxico, mas é classificado como um asfixiante simples, o que significa que ele provoca asfixia por deslocamento de ar.

As fontes potenciais de gás metano incluem solos orgânicos naturais, ou antigos depósitos de lixo em regiões de várzea, minas de carvão, matéria orgânica em decomposição, aterros sanitários, pântanos e derramamento de combustível derivados do petróleo no solo.

O gás metano pode ser transportado no solo subsuperficial dissolvido na água ou puro. O metano dissolvido em água quando em contato com o ar, migra da água para o solo e deste para a

atmosfera (Figura 1 abaixo).

A avaliação do comportamento e do fluxo de contaminantes ou substâncias perigosas em fase gasosa, bem como de sua migração para a superfície ou para o interior de ambientes construídos nesses terrenos, inicia-se com uma adequada caracterização da pluma de gás ou vapor no solo subsuperficial.

A experiência do IPT indica haver grande complexidade nessa avaliação, associada à variabilidade espacial e temporal que as plumas apresentam no interior do solo, em função, por exemplo, da ação das bactérias produtoras, temperatura, pressão atmosférica, velocidade dos ventos na superfície do terreno, pluviosidade etc.

A solução para essa questão, comumente engloba a implantação de tecnologias de mitigação voltadas para intrusão de vapor em edifícios. Entretanto, no caso de vapor

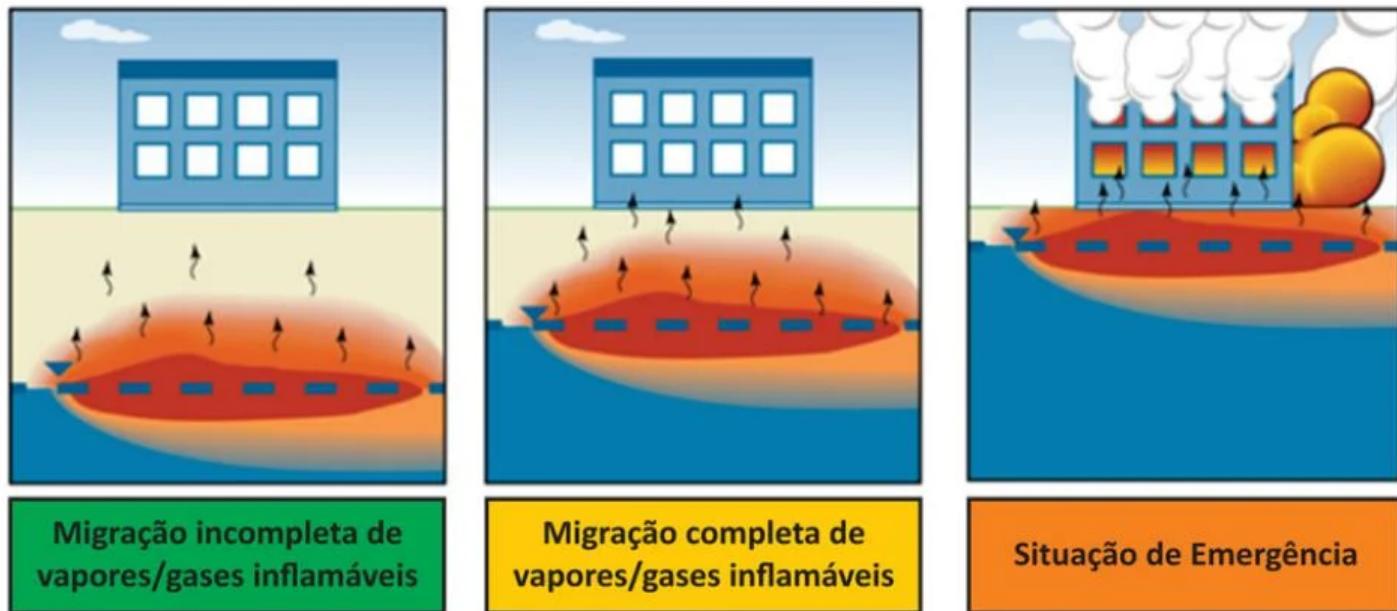


Figura 1 – Representação esquemática de três possíveis resultados conceituais para migração em ambientes construídos de gases inflamáveis, como gás metano, presentes no solo subsuperficial (adaptado ITRC, 20143)

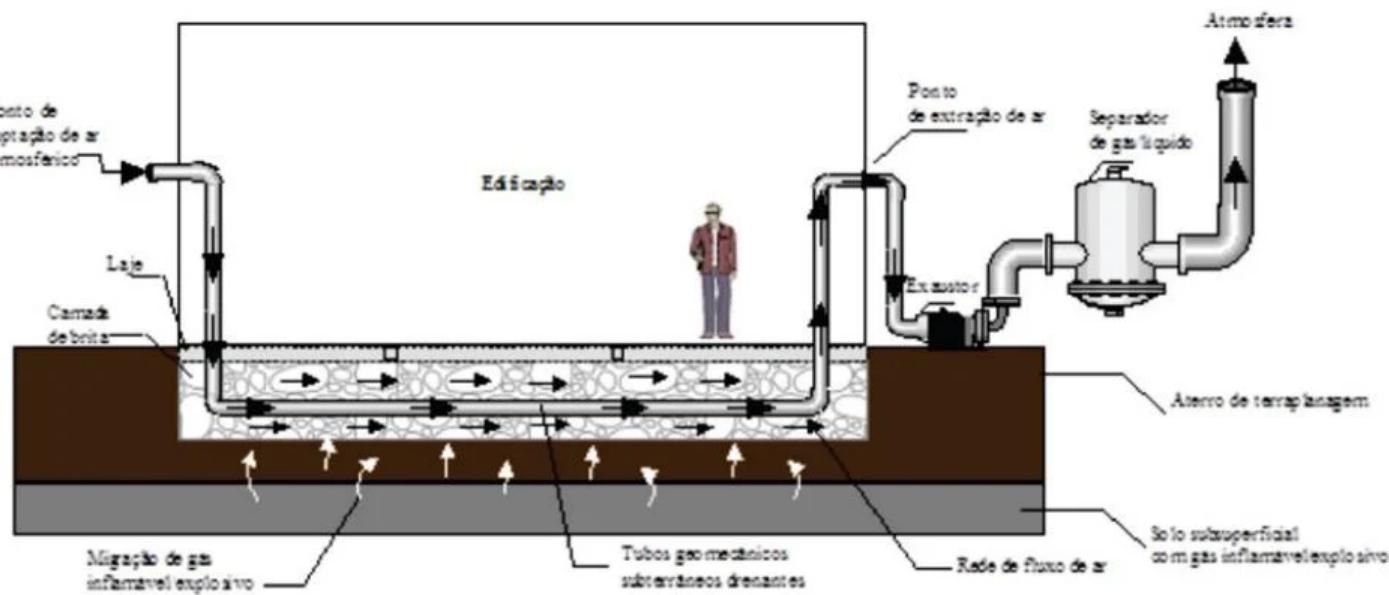


Figura 2 – Representação conceitual dos sistemas de ventilação do subsolo em edificações contendo gás inflamável/explosivo, como o gás metano

ou gás inflamável, como vapor de líquidos combustíveis, o problema não se limita a ter que impedir sua entrada na edificação, mas também de não permitir sua acumulação em eventuais espaços vazios em subsuperfície, que frequentemente ocorrem.

Os procedimentos de construção em terrenos que envolvem a colocação prévia de um aterro de regularização pode provocar recalque por adensamento da camada compressível, que pode demorar muito tempo para estabilizar. Como os edifícios são frequentemente construídos logo em seguida à colocação do aterro, geralmente com fundações profundas apoiadas em camadas mais resistentes do subsolo, à medida que evoluem os recalques do aterro há a tendência de formação de vazios sob as lajes de piso dos edifícios, onde poderia provocar explosão de consequências imprevisíveis, caso encontre alguma fonte de ignição ou objeto com temperatura que atinja a autoignição de contaminantes e substâncias perigosas.

Nesse sentido, o Laboratório de

Resíduos e Áreas Contaminadas do Centro de Tecnologias Geoambientais do IPT vem se capacitando para o atendimento de serviços tecnológicos na investigação desses terrenos, avaliação e monitoramento operacional das soluções adotadas para mitigação do risco, e, também em modelagem de fluxo de gás em meios porosos possibilitando o dimensionamento dos sistemas de ventilação no subsolo.

Um exemplo de atuação do IPT envolveu propostas de alternativas de medidas de engenharia em edifícios construídos em terrenos com a presença de metano em solo compressível, com o objetivo de torná-los seguros aos seus usos atual e futuro, por meio da implantação de um sistema de ventilação no solo subsuperficial utilizando os aspectos construtivos das edificações.

Os projetos conceituais dos sistemas de ventilação que foram propostos pelo Laboratório de Resíduos e Áreas Contaminadas do IPT, consistiram basicamente de:

a) Fase “enterrada” – camadas de brita, previamente instaladas (na construção dos edifícios), sob as

lajes de piso, captando as eventuais emanações de gás do solo subsuperfícial, para o qual foram propostos pontos de captação e pontos de extração de ar atmosférico, com o objetivo de provocar uma rede de fluxo de ar através da camada de brita;

b) Fase “áerea” – exaustor e rede de dutos, para extração ativa.

A Figura 2 (acima) representa de forma esquemática o conceito dos sistemas de ventilação propostos pelo Laboratório de Resíduos e Áreas Contaminadas.

O objetivo desses sistemas foi estabelecer uma rede de fluxo na camada de brita, possibilitando sua ventilação, captando gás metano eventualmente emanado do subsoil e conduzindo-o para os pontos acima do teto dos edifícios, evitando não somente a eventual intrusão, mas também o possível acúmulo desse gás sob a laje.

As Figuras 3 a 6, na próxima página, mostram exemplos desses sistemas de ventilação instalados em edificações.

A avaliação operacional desses sistemas consistiu na quantificação



Figura 3 – Exemplos de pontos de captação de ar atmosféricos instalados em edificações com presença de metano no solo subsuperficial



Figura 4 – Detalhe dos pontos de captação de ar atmosféricos



Figura 5 - Exemplos de pontos de extração de ar da camada de brita



Figura 6 – Conexão dos tubos de extração de ar com o exaustor presente no Abrigo (edificação branca à direita)



Figura 7 – Medição da variação da pressão na entrada de cada ponto de captação, em que foi verificado poeira, evidenciado sucção de ar



Figura 8 – Medição da variação da pressão na entrada de cada ponto de extração

do fluxo do ar promovido pelo exaustor no sistema, cuja metodologia foi desenvolvida em parceria com o Laboratório de Vazão do Centro de Metrologia, Elétrica e de Fluidos do IPT que desenvolveu um dispositivo que proporciona a quantificação do fluxo de ar que ingressa no sistema, de forma simples e baixo custo, podendo ter seus resultados validados em laboratório, parte do know how dos pesquisadores do Laboratório de Vazão. Seu princípio de funcionamento baseia-se apenas na avaliação da medição da variação da pressão na entrada de cada ponto de captação e na relação dessa variação

com o volume de ar que entra no sistema. As Figuras 7 e 8 mostram exemplos dessas medições.

Tão importante quanto à medição do fluxo de ar introduzido no sistema, é a medição do fluxo extraído, pois este último é que acusará a efetividade do sistema. A calibração dos gases na saída do exaustor pode ser feita com a medição da velocidade do fluxo ou com medidor de vazão volumétrico, ambos os aparelhos já comuns no mercado de medição de vazão.

Outra etapa importante realizada pelo Laboratório de Resíduos e Áreas Contaminadas na avaliação

operacional dos sistemas foi à análise da concentração de metano na saída do sistema e em pontos estratégicos sob o ponto de vista da investigação ambiental no solo subsuperficial, que permitiu verificar se estava havendo aporte de gás metano em poços de monitoramento instalados a 0,30 m de profundidade da laje de piso e se havia risco de explosão nas edificações. Para isso, o laboratório contou com equipamentos de alta complexidade para realização de ensaios no solo e nos elementos estruturais submetidos a fluxo de gás ou vapor.

Investigações ambientais em terrenos são indispensáveis para avaliar se os solos possuem características para produção de biogás ou contêm contaminantes ou substâncias perigosas e se a presença desses gases ou substâncias causa risco à saúde humana ou aos bens a proteger. Com a existência do risco, medidas de intervenção devem ser implementadas de maneira a garantir a segurança dos bens a proteger. Incontestável a necessidade de se avaliar o monitoramento ambiental da área e a eficiência do sistema implementado, para eventualmente ajustá-lo a depender dos resultados das investigações ambientais realizadas - algo já consolidado no IPT.

Marcela Maciel de Araujo é pesquisadora do IPT marcelam@ipt.br



Desde 1948 em
prol dos municípios

ATUAÇÃO

A APM tem cumprido seu papel político na sociedade como entidade suprapartidária, assessorando prefeitos (as), vice-prefeitos(as) e vereadores(as), em alto nível nas questões técnico-administrativas e jurídicas, na organização dos serviços públicos, na sistematização das ações dos Conselhos Municipais e, principalmente, na defesa dos interesses dos Municípios diante dos Poderes Executivo e Legislativo, da União e do Estado, na busca pela emancipação política e financeira.

Em resumo, cumpre os seus dois grandes objetivos que são: a defesa da ideologia municipalista e o aprimoramento técnico dos responsáveis pela gestão pública municipal.

Congresso realizado na cidade de Serra Negra - SP



f: (11) 2165-9999



FALE COM A APM
Rua Manoel da Nóbrega, 2010 - Paraíso
São Paulo - SP | Cep: 04001-006

Valorizar a participação feminina fortalece a democracia

Apesar de nós, mulheres, sermos mais de 50% da população, nossa participação nos cargos eleitivos ainda é pequena.

O objetivo desta coluna é divulgar informações sobre o trabalho de prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras, além de deputadas, empresárias e de mulheres que participam de entidades.

Podemos, através deste espaço, resgatar exemplos de pioneiras em Câmaras Municipais, assim como conquistas das mulheres detentoras de cargos políticos que tenham experiências e ações que podem ser levadas a outros municípios.

A primeira vereadora do Estado de São Paulo

Com a conquista, pelas mulheres, do direito ao voto para as eleições de 1934, várias concorreram às eleições municipais de 1935. No final de 2015, fiz uma pesquisa no Centro de Memória Eleitoral (CEMEL), do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP), para obter dados sobre as primeiras vereadoras eleitas no Estado de São Paulo, e os boletins mais antigos de eleições que o CEMEL tinha eram relativos a 1936.

Nas eleições de 1936, segundo boletim do TRE-SP, Iracema Aymbiré de Camargo foi eleita vereadora para a Câmara Municipal de Penápolis, pelo Partido Republicano Paulista (PRP), com 178 votos. Vale lembrar que o quociente eleitoral para aquela eleição penapolense foi de 170

votos; ela foi eleita, empossada e exerceu seu mandato.

Outras candidatas nas eleições de 1936 ficaram como suplentes. Então é possível considerar Iracema Aymbiré de Camargo como a primeira vereadora eleita e empossada no Estado de São Paulo, com exercício de mandato.

As suplentes foram: Alayne Pinheiro Borba, do PRP, com 1200 votos, Câmara de São Paulo; Aracy Jatyr dos Santos e Francisca da Silveira Queiroz, ambas do Partido Constitucionalista (PC), respectivamente com 180 e 127 votos, Câmara de Sorocaba; Emilia de Moura Marcondes, pelo PC, com 95 votos e Otalia Mattos, da Frente Única Pró Dr. Antonio de Castilho Marcondes, com 75 votos, ambas para a Câmara de Taubaté; Maria Rita Menezes Cabral do PC, com 49 votos, Câmara de Batatais; Maria Luíza Guimarães Medeiros e Geraldina Pereira de Oliveira, ambas do PC, respectivamente com 31 e 30 votos, Câmara de São José dos Campos; Anna Rita Alves, do PMI, com 29 votos, Câmara de Jundiaí; Leonor Faria Caldeira, do PC, com 22 votos, Câmara de São Vicente; Maria Leonor Álvares, do PRP, com 6 votos, Câmara de São João da Boa Vista e Antonia Bueno Plessmann, 1 voto, Ação Integralista, Câmara de Mogi Mirim.

Primeira vereadora do município de São Paulo

Elisa Kauffmann Abramovich



Marilene Mariottoni

foi eleita em 1947 pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) para a Câmara Municipal de São Paulo, mas não chegou a ser empossada em virtude de sua cassação e de outros vereadores comunistas naquele ano. Conforme artigo da publicação *Apartes*, edição de março-abril de 2014, uma Comissão de Vereadores, presidida por Orlando Silva, garantiu, pela Resolução nº 13/2013, a restituição simbólica dos mandatos de 42 vereadores cassados entre 1937 e 1969.

O resgate simbólico do mandato de Elisa, oficializando seu papel histórico pioneiro, foi reforçado pela Resolução 20/2013 e assinada pelos vereadores paulistanos Orlando Silva, Gilberto Natalini, Juliana Cardoso, Rubens Calvo, José Police Neto, Laércio Benko, Mário Covas Neto, Ricardo Yung e José Américo.



Membros da Associação Movimento Mulheres da Verdade (AMMV) que realizam suas reuniões no tradicional CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola e do São Paulo Women's Club (SPWC) que foram prestigiar a posse da APM, a saber, da esquerda para a direita: Gladys Abud Rodrigues, Lucila Aprile, Maria José do Nascimento, Raquel Nepomuceno Alexandri, Vera Philomeno Di Pietro, Marilene Mariottoni, Marli Vettoretti (representou a Adesg-SP), Francy Patrício (da Associação Brasileira de Mulheres Médicas), Sileni de Arruda Rolla, Maria Thereza de Almeida Netto Cabral (Presidente da Comissão de Segurança Pública da Subseção de Pinheiros da OAB-SP), além de Rodrigo Salles (Conseg Jardins e Paulista).

As primeiras vereadoras do Brasil e a primeira Prefeita

A Câmara Municipal de Itaú (RN) informa que a primeira vereadora do Brasil foi Joana Cacilda Besa, eleita como intendente municipal (atual cargo de vereador) em 2 de setembro de 1928, pelo município de Pau dos Ferros. Com 725 votos, tomou posse em 2 de fevereiro de 1929. Há ainda a informação de que os sufrágios foram cancelados pelo Congresso Nacional.

No entanto, segundo informação da publicação *Aplices*, a primeira Vereadora foi Júlia Alves Barbosa, professora que iniciou seu mandato em 1928 junto à

Câmara Municipal de Natal (RN). Ainda de acordo com o informativo, a primeira prefeita do Brasil foi Luíza Alzira Teixeira Soriano, em 1928, para o município de Lajes (RN), sendo também considerada a primeira prefeita da América Latina.

Já o blog de Frank Chaves considera a política e professora Raymunda de Menezes Vasconcellos Dias como a primeira vereadora do Brasil. Eleita em 2 de setembro de 1935, tomou posse em 20 de dezembro de 1935, assumindo a presidência em 15 de outubro de 1936 e reeleita para a presidência daquela Casa de Leis em 15 de abril de 1937. Seu mandato foi interrompido em 10 de

novembro de 1937, em virtude do Estado Novo, que decretou o fechamento das Câmaras Municipais de todo o país, lembra o referido blog.

A Gazeta online capixaba traz que a primeira Vereadora eleita foi a professora de música Maria Felizarda de Paiva Monteiro da Silva, em dezembro de 1935, pelo Partido Social Democrático (PSD), junto à Câmara Municipal de Muqui (ES), tendo sido inclusive Presidente da Casa.

Marilene Mariottoni é 4ª Vice Presidente da APM, tendo sido Presidente do Conselho Deliberativo de janeiro de 2009 a dezembro de 2015 (foi a primeira mulher a ocupar esse cargo na APM desde a fundação).



Fevereiro

Dia 02 - Itu



A cidade de Itu é uma das 29 Estâncias Turísticas do Estado. Os moradores e turistas a chamam de a cidade dos exageros, pois além de contar com vários monumentos históricos como o Museu da Convenção, o famoso Telefone Público, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária, Itu tem como característica ser o berço da República.

Dia 04 - Dois Córregos



Conhecida como a Capital Nacional da Macadâmia, o município de Dois Córregos está completando 161 anos de existência. O nome da cidade deve-se a um antigo pouso de tropeiros com o nome de Pousada dos Dois Córregos, que com o tempo se transformou em vila e em 4 de fevereiro de 1856 foi elevada ao posto de cidade. Sua economia é baseada na plantação de cana-de-açúcar, café, macadâmia e fábricas de móveis.

Dia 18 - Bady Bassitt

Dia 18 - Cajamar

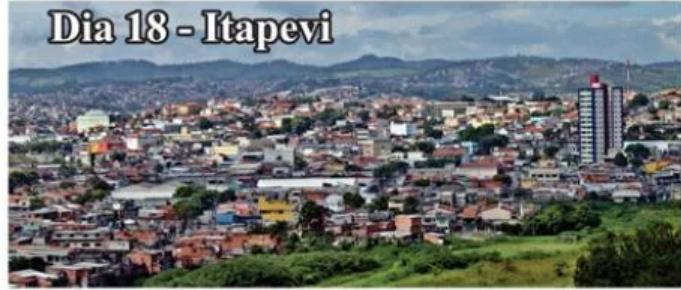
Dia 18 - Cândido Rodrigues

Dia 18 - Cássia dos Coqueiros

Dia 18 - Colômbia

Dia 18 - Embu das Artes

Dia 18 - Itapevi



Itapevi é conhecida como “a Cidade do Trabalho e Progresso” e não é a toa: a Revista Exame apontou que o município está entre os 10 municípios com melhor desenvolvimento econômico no país. Melhor do que isso, é a primeira no Estado, o que mostra o grau de benefícios para a população. Itapevi completa 57 anos de existência.

Dia 18 - Luis Antônio

Dia 18 - Luiziânia

Dia 18 - Pardinho



No dia 18 de fevereiro de 1959, Pardinho foi elevado a município. Antes era distrito de Botucatu e, assim, em 2017 está completando 58 anos de existência. A cidade hoje conta com mais de cinco mil habitantes e está localizada na região Bauru. Sua economia é baseada na agropecuária e indústrias da região.

Dia 18 - Peruíbe

Dia 18 - Sagres

Dia 18 - Salmourão

Dia 18 - Sarutaiá

Dia 18 - Taguai

Dia 19 - Osasco



Dia 19 - Severínia

Localizada na Região de São José do Rio Preto, Severínia, que completa 64 anos de existência, é uma cidade com menos de 16 mil habitantes e traz como marca a segurança e baixos índices de violência e criminalidade. A economia é voltada para a agroindústria e tem como símbolo do progresso a Usina Guarani.

Dia 19 - Taboão da Serra
Dia 19 - Tapiraí
Dia 22 - São Pedro
Dia 28 - Paulínia
Dia 28 - Restinga
Dia 28 - Salesópolis
Dia 28 - Sebastianópolis do Sul
Dia 28 - Silveiras

Março



Dia 02 - Olímpia

É conhecida popularmente como a “Capital Nacional do Folclore”, pelo Festival do Folclore, onde grupos de vários estados do país se reúnem para mostrar danças típicas de suas regiões. A cidade recebeu o título de Estância Turística pelos festivais e pela Thermas dos Laranjais, parque aquático mais visado da América Latina. A cidade está próxima de São José do Rio Preto, e possui uma população de 55 mil habitantes.

Dia 04 - Queluz
Dia 05 - Lourdes
Dia 05 - Ribeirão Bonito
Dia 06 - Itaporanga
Dia 07 - Pirangi
Dia 08 - Tietê

Dia 09 - Altinópolis
Dia 09 - Cachoeira Paulista
Dia 09 - São José do Barreiro
Dia 10 - Campos Novos Paulista
Dia 10 - Eldorado
Dia 10 - Ituverava
Dia 10 - Monte Aprazível
Dia 10 - Patrocínio Paulista
Dia 11 - Angatuba
Dia 12 - Itapirapuã Paulista
Dia 12 - Nova Campina
Dia 12 - Paraguaçu Paulista
Dia 12 - São Lourenço da Serra
Dia 12 - Zacarias
Dia 13 - Sarapuí
Dia 14 - Batatais
Dia 16 - Guareí
Dia 16 - São Sebastião
Dia 17 - Indiana
Dia 18 - Jaborandi
Dia 19 - Arandu
Dia 19 - Aspásia
Dia 19 - Barra Bonita
Dia 19 - Caiuá
Dia 19 - Corumbataí

Dia 19 - Cravinhos



Localizada na região Ribeirão Preto, Cravinhos foi criada como distrito e em 1896. Posteriormente, cresceu e foi desmembrada e elevada a cidade. As atividades econômicas do município que mais se destacam são a lavoura de cana-de-açúcar e as indústrias de diversos segmentos.

Dia 19 - Flora rica
Dia 19 - João Ramalho
Dia 19 - Meridiano
Dia 19 - Panorama
Dia 19 - Ribeirão Pires
Dia 19 - São José do Rio Pardo
Dia 19 - São José do Rio Preto
Dia 19 - Taiaçu
Dia 20 - Piquerobi
Dia 21 - Américo Brasiliense

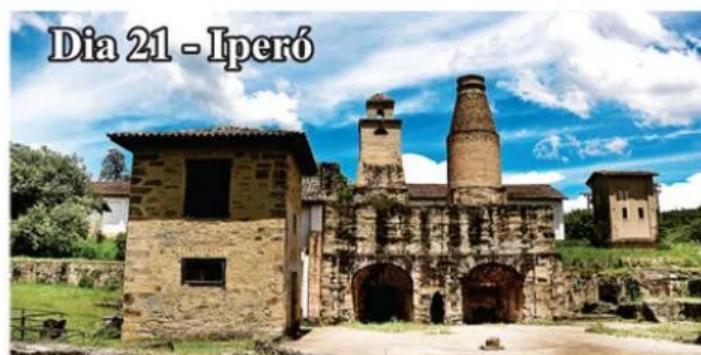
Dia 21 - Barão de Antonina
Dia 21 - Barra do Turvo
Dia 21 - Borborema
Dia 21 - Campo Limpo Paulista
Dia 21 - Coronel Macedo



Dia 21 - Dumont

Banhada pelo Ribeirão da Onça, a cidade de Dumont recebeu esse nome em virtude de Henrique Dumont, genitor de Santos Dumont – pai da aviação, que era dono da antiga Fazenda Arindeúva, onde se formou o município. Dentre as atividades econômicas do município, as que mais se destacam são a lavoura de cana-de-açúcar e as indústrias de diversos segmentos.

Dia 21 - Estrela do Norte
Dia 21 - Francisco Morato



Iperó está a 25 quilômetros de Sorocaba e a 116km de São Paulo. Com 51 anos de emancipação, possui cerca de 33 mil habitantes. Sua economia é baseada na indústria, comércio e agricultura. Iperó é o nome de um dos rios que limitam o território do município e significa, segundo a versão oficial, “água profunda e revoltas”.

Dia 21 - Ipeúna
Dia 21 - Itapura
Dia 21 - Lindóia
Dia 21 - Louveira
Dia 21 - Mira Estrela
Dia 21 - Mombuca
Dia 21 - Monções
Dia 21 - Narandiba

Dia 21 - Itupeva



Itupeva significa "Cascata Pequena" em tupi guarani, assim fazendo referência ao Rio Jundiaí que percorre o município. A cidade conta com dois parques temáticos: Parque Aquático Wet'n Wild e o Hopi Hari. A cidade completa 52 anos de existência e conta com uma população de 45 mil habitantes.

Dia 21 - Nova Independência
Dia 21 - Orindiúva
Dia 21 - Pindorama



Dia 21 - Potirendaba

A cidade se localiza no norte do estado e pertence à região de São José do Rio Preto. Potirendaba é um termo da língua tupi que significa “lugar onde estão as flores”, através da junção dos termos poty (florido), rendaba (lugar). Mas os habitantes chamam a cidade com uma maneira mais carinhosa: “buquê de flores”. Potirendaba está completando 91 anos de existência. Ela foi desmembrada de São José do Rio Preto.

Dia 21 - Rafard
Dia 21 - Ribeirão do Sul
Dia 21 - Roseira
Dia 21 - Santa Clara D'Oeste
Dia 21 - Santa Ernestina
Dia 21 - Santana da Ponte Pensa
Dia 21 - Tarabai
Dia 21 - Teodoro Sampaio
Dia 21 - União Paulista
Dia 22 - Aparecida D'Oeste
Dia 22 - Arco-iris
Dia 22 - Canas
Dia 22 - Nova Granada
Dia 22 - Onda Verde

Dia 22 - Pracinha
Dia 22 - Pratânia
Dia 22 - Quadra
Dia 22 - Santa Adélia
Dia 22 - Santa Salete
Dia 23 - Ouro Verde
Dia 23 - Viradouro
Dia 24 - Araras
Dia 24 - Cabreúva



Ibiúna vem da língua tupi e significa “terra preta”. A cidade tem cerca de 77 mil habitantes e está localizada na região de Sorocaba, apenas a 70 km de São Paulo. Apesar de ter o nome de terra preta, a maior parte do município é coberta com terra de cor vermelho amarelado. A cidade em 2017 está completando 160 anos de existência.

Dia 24 - Monte Mor
Dia 25 - Getulina



Itirapina é um nome de origem tupi que significa “morro pelado”, uma referência ao morro de 930 metros de altitude coberto por vegetação de mata atlântica e cerrado que se localiza na parte sul do município. Itirapina está localizada na Mesorregião de Sorocaba e tem cerca de 17 mil habitantes.

Dia 26 - Barueri
Dia 26 - Capela do Alto
Dia 26 - Carapicuíba
Dia 26 - Riolândia
Dia 26 - Santo Antônio do Jardim



Localizada entre o rio Sapucaí e o ribeirão do Rosário, Ipuã, que em tupi significa “água que brota da terra”, teve sua fundação ainda em meados do século passado, porém, apenas em 1949 foi elevado a município. A cidade hoje tem cerca de 17 mil habitantes e está a 450 km de São Paulo.



Poá é conhecida como a Cidade Joia. É um dos 11 municípios paulistas considerados estâncias hidrominerais pelo estado. Segundo o censo, possui 112.917 habitantes e em 2017 completa 69 anos. Poá tem uma forte vocação turística. O principal evento do município é a Expoá, que chega a atrair 300 mil pessoas em cinco dias.

Dia 26 - Terra Roxa
Dia 27 - Bento de Abreu
Dia 27 - Itirapuã
Dia 27 - Mairiporã
Dia 27 - Presidente Epitácio
Dia 28 - Dobrada
Dia 28 - Embu-Guaçu
Dia 28 - Guzelândia
Dia 28 - Juquitiba
Dia 28 - Queiroz
Dia 28 - Uchoa
Dia 29 - Pirajuí
Dia 30 - Jambeiro
Dia 30 - Orlândia
Dia 31 - Borá
Dia 31 - Fartura



Pelas estradas líquidas

Um dos muitos encantos da Amazônia além das imensas florestas que ainda permanecem de pé, dos animais terrestres e voadores que seguem vivos, são as estradas líquidas. Hoje, lamentavelmente, há algumas terrestres, não muitas, mas bom mesmo era quando, por aqui, só se podia ir de um lugar para o outro através dos rios. No delta do rio Amazonas, onde navega esta ilha de onde escrevo neste instante, dentro do formidável universo no qual as águas comandam a vida, ocorrem certos fenômenos. Alguns resultantes dos próprios caprichos da natureza. Outros, atribuídos a determinações do imponderável. Entre estes, está o acontecido, em passado remoto, no Furo da Laura.

Tal “furo”, na verdade, é um rio. Muito especial por vários motivos. Alguns deles: não tem nascente e possui dupla foz, uma de cada lado. Na verdade o que os amazônicos chamam de “furo” são trechos d’água presos entre duas ilhas de acentuado comprimento. Pois este, com nome de mulher, sempre esteve envolvido por certa magia, principalmente nos idos do século XIX. É que numa de suas margens vivia uma senhora possuidora de dotes considerados mágicos. Ela se chamava, naturalmente, Laura. E foi por causa de suas magias que certa criança nascida na Vigia, vila paraense no continente, se tornou figura importantíssima na História do

Estado de São Paulo.

Vigia é uma das cidades mais antigas do Pará, e foi lá que as primeiras “vigilengas” foram construídas. Para quem não sabe, tratava-se de um barco movido por uma vela grande e, na proa, outra pequena, a bujarrona. Estes flutuantes, charmosíssimos, serviram à navegação não apenas no delta do imenso rio. E nos tempos em que as estradas eram líquidas, alcançavam os mais distantes lugares onde tudo dependia da água e dos ventos. Além disso, as velas coloridas enfeitaram, por exemplo, a Baía de Guajará, em frente à Belém, até anos bem recentes. E ainda hoje, vez ou outra uma fenda a linha do horizonte.

Sim, sim, mas para chegar ao homem que faz parte da história de São Paulo é preciso voltar a 1830. Foi então que, na Vigia, nasceu, filho de pobre sapateiro, um menino. Como o pai morreu quando ele ainda era gurizinho, a mãe o levou à Laura, a já citada dona das magias do rio sem nascente e dupla foz, para receber bênçãos. Ela olhou o infante e vaticinou que seria um grande homem. É provável que a mãe tenha pensado em perguntar como isso seria possível. Mas as tranças do imponderável já estavam sendo cerzidas.

O fato é que o molequinho foi alfabetizado na cidadezinha; adiante, uma família que tinha recursos o levou, adotado, pra Belém, e o

resto seguiu o roteiro que talvez só Laura conhecesse. O garoto, que se chamava Domingos, estudou na Capital do Pará; depois foi mandado para cursar Direito no Recife. O resto ocorreu quase naturalmente. E o vigiense que escapou de ser apenas pescador como quase 100% dos que nasciam na cidadezinha litorânea na época, acabou, no Segundo Reinado, nomeado presidente da Província de São Paulo, onde recebeu o título de Barão de Guajará. Tempos depois Domingos Antonio Raiol voltou para Belém. Morreu com 82 anos, uma idade imensa para a época. Era 1912.

Mas o arremate desta saga do delta onde fica esta ilha meu refúgio, é que, em outubro do ano passado fiz, de barco, a viagem de 8 horas até o Furo da Laura. Desde que ela morreu, faz mais de 180 anos, a sua casa, única nas duas margens do rio de dupla foz, não existe mais. E em toda a extensão da floresta que acompanha o curso d’água, nenhum outro morador se fixou até hoje; as florestas com árvores imensas, seculares, permanecem intactas. Dizem os habitantes da ilha balneária de Colares, que fica perto, ser aquela área ponto onde descem discos voadores. Eu até poderia duvidar. Mas como se, por ali, passou paupéríssimo filho de um sapateiro que acabou por ser presidente da importantíssima Província de São Paulo?...



Carteira de Agente Público Municipal

Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua.

Uma prática carteirinha confeccionada pensando
em você Gestor Municipal

Solicite a sua !

Fone: (11) 2165.9999
apaulista@apaulista.org.br



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

A large, semi-transparent white "X" is drawn across the background image, which shows the exterior of the Campos do Jordão Convention Center. The building has a dark roof with decorative green and red trim. A large sign on the building reads "Campos do Jordão".

Campos do Jordão

61º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

De 25 a 28 de abril de 2017 - Campos do Jordão Convention Center - SP

“GESTÃO EFICIENTE”

Realização



Apoio



www.apaulista.org.br - apaulista@apaulista.org.br - 11 2165.9999